



**Programa**

**Programa:** 0236 - RECEITA PÚBLICA

**Objetivo do Programa:** GARANTIR A RECEITA PÚBLICA POR MEIO DA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FAZENDÁRIA DO FORTALECIMENTO

**Programa:** DA CONSCIÊNCIA FIS-

**Und.Resp.Programa:** 16601 - FUNDO DE GESTÃO FAZENDÁRIA

**Resp. Programa:** Waldir Júlio Teis

	Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
<b>Indicadores:</b>	2006	CONTRIBUENTES SATISFEITOS EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PREST	jan a out	percentual	38	60	65	30/10/2006
	2006	EFICÁCIA TRIBUTÁRIA 64%	jan a dez	percentual	63	64	69.7	31/12/2006
	2006	ÍNDICE DE REALIZ. DA REC.TRIB.PROJETADA	jan a dez	numero	1,09	1	86	30/12/2006
	2006	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DA RECEITA TOTAL PROJETADA	jan a dez	numero	0	1	94	31/12/2006
	2006	SATISFAÇÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE ME	jan a out	percentual	0	0	65	30/10/2006

**Objetivo Estratégico 6**

**Dar sustentabilidade à Gestão das Políticas Públicas, garantindo o Equilíbrio Fiscal e a capacidade de Financiamento do Estado, visando o atendimento das necessidades da sociedade**

**Quadro da Realização Financeira do Programa**

Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
11.063.080,00	6.164.443,00	3.024.308,00	951.869,00	27,34	58,02

**Avaliação de resultados e da execução do programa:**

PERFIL DO PTA DA RECEITA PÚBLICA. O Plano de Trabalho Anual da Receita Pública - PTA é uma desafiadora proposta de trabalho construída de forma harmônica com as disposições da Lei do Plano Plurianual de Investimentos - PPA, da Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO, e da Lei Orçamentária Anual - LOA. No segundo semestre de 2005 ocorreu uma reformulação no modo de tratar a gestão das medidas necessárias para a consecução da Política Econômica e Tributária. Essa nova forma de gerir a organização tem como o foco os resultados esperados e não os processos em si, e está baseada em conjunto de indicadores integrados segundo perspectivas que de gestão que possibilitam uma melhor visualização dos progressos efetuados de forma a contemplar, de forma balanceada, todas as partes interessadas na Secretaria Adjunta da Receita Pública. Com a edição da Portaria 127/2005 - SARP/SEFAZ foi formalizada uma metodologia de planejamento e acompanhamento que privilegia 06 perspectivas de gestão que devem ser atendidas para se alcançar a excelência organizacional. As seis perspectivas escolhidas para serem focos de atenção na implementação das práticas de gestão foram: Liderança; Estratégias e Planos; Contribuinte e Cidadão; Controle, verificação e Correção; e Pessoas. Embora ainda em processo de validação e consolidação, a Portaria 127/2005 enunciou de forma sintética os requisitos de cada uma dessas perspectivas de gestão, pois se fazia necessário orientar a atuação das partes interessadas, ainda neste ano, quanto aos esforços requeridos para se buscar a excelência da gestão. Assim, as práticas de gestão e os processos de trabalho da Receita Pública são hoje avaliados com base na contribuição que proporcionam para a concretização do Programa da Receita Pública - desdobrado esse em seus Projetos e Atividades - na contribuição que proporcionam para a concretização das perspectivas de gestão. O acompanhamento da execução das metas ou medidas vinculadas a cada uma dessas perspectivas passou a ser feita por ferramenta informatizada, o que permite um melhor acompanhamento do grau de execução. A seguir o acompanhamento das medidas vinculadas ao programa da Receita Pública e às perspectivas de gestão utilizadas para a avaliação da Secretaria Adjunta da Receita Pública. CIRCUNSTÂNCIAS RELEVANTES •O Passe Eletrônico de Saída Interestadual É o embrião da nota fiscal digital tendo como principais funções o controle eletrônico de trânsito de mercadorias, a redução do tempo de espera do contribuinte. Tal sistema tem potencialidade de controlar mais de R\$4,0 bilhões/ano de operações interestaduais e de exportação; •A Certidão Negativa de Débito Eletrônica - CND-e: destaca-se por beneficiar mais de 130 mil contribuintes/ano, que devem economizar 5,2 milhões/ano com a dispensa do pagamento de taxas e outros 500 mil/ano em custos de locomoção e empregados. O tempo de emissão da CND-e é de apenas alguns segundos; •O controle Eletrônico do ECF - ECF-e: o controle será promovido via internet, beneficiando todos os contribuintes de comércio ou indústria. Democratizará o acesso a condição de usuário, interventor e revendedor sendo registrada via internet. Realizará um inventário de todos os equipamentos ECF do Estado. Esse sistema passa a ser exigido a partir de 1 de junho de 2005; •Nota Fiscal de Produtor e Avulsa Eletrônica - NFPA-e:A NFPA-e beneficia mais de 20.000 produtores através da rápida emissão do documento fiscal e do controle eletrônico imediato; •REFAZ - Refazenda Eletrônica: É uma alternativa do governo estadual para que os contribuintes possam regularizar suas pendências e retomar suas atividades formalmente; • A reforma administrativa da SEFAZ, no que se refere área de negócio da SARP (Receita Pública), se verifica como uma importante providência para adequação a novas tecnologias, reformulação e otimização de processos e incorporação de novas atividades. Antes da reforma as unidades da receita pública respondiam por 219 produtos e serviços. A equipe compõe a área da receita pública, diante do desafio de ampliar a prestação de serviços, redistribuir produtos, reorganizar processos e otimizar recursos, modelou a nova estrutura para que no médio e longo prazo possa responder por 279 produtos, ou seja, 59% a mais de serviços a sociedade e Estado; • A Malha Fiscal é um instrumento de inteligência fiscal utilizado pelas administrações tributárias em todo o mundo para detectar comportamentos discrepantes a partir do cruzamento de bilhões de dados digitais procedentes de todas as fontes disponíveis possíveis. O piloto de Malha Fiscal Estadual é um dos quatro itens que compõe o projeto de Análise Fiscal do Comportamento dos Segmentos. Executado sobre três segmentos econômicos selecionados para o teste inicial, resultou em aproximadamente 6.000 contribuintes retidos na malha, os quais, durante os próximos meses serão convocados ou visitados em busca de esclarecimentos complementares ao Fisco.



Até 2007, o projeto Malha Fiscal se propõe a analisar, consistir, avaliar e estudar dados digitais de mais de 100.000 estabelecimentos localizados no Estado. Em contraste com 2004, o contribuinte em 2006 poderá quitar seu tributo em terminais eletrônicos, pela internet e mediante débito em conta, perante as instituições financeiras BRADESCO e BANCO DO BRASIL. A SEFAZ está empenhada em retirar o contribuinte da fila de caixa, diversificando ao máximo as modalidades de pagamento do tributo. Atualmente estamos em tratativas avançadas com a Caixa Econômica Federal, visando seu ingresso na rede arrecadadora estadual, o que permitirá significativa expansão dos pontos de recolhimento do tributo, que poderá então, ser quitado em lotéricas. Igual empenho viabilizará o recolhimento do imposto em agências dos Correios, que atuarão como correspondente bancário do BRADESCO, instituição financeira que já integra a rede arrecadadora estadual. Uma importante dimensão deste esforço é a reorientação e reorganização de trabalhos e órgãos fazendários, reestruturados por reforma administrativa que visa modelar e otimizar o processo de arrecadação, recolhimento, liquidação e consistência de repasses realizados pelos agentes das redes arrecadadoras. A SEFAZ tem também como meta ampliar o número de pontos da rede arrecadadora já existente, habilitados a efetuar arrecadação de tributos estaduais; • Com a AIDF-e, a SEFAZ passará a autorizar por meio da internet a confecção e fornecimento gráfico de documentos fiscais, simultaneamente controlando e inventariando a validade, idoneidade e uso das notas fiscais utilizadas por contribuintes mato-grossenses. O novo sistema deverá controlar mais de 10 milhões de documentos fiscais em cinco anos, sendo importante pré-requisito para integral digitalização da nota fiscal, que até 2008 deverá possuir uma versão mato-grossense de nota fiscal integralmente eletrônica. Em 2006, dando continuidade a socialização de boas práticas na organização foi realizado o 2º Seminário de Boas Práticas da Receita Pública, a qual reflete as medidas do PTA que atenderam a critérios nacionais de qualificação de boas práticas. Destaca-se a participação da SEFAZ - MT no Seminário de Boas Práticas no Encontro Nacional de administradores Tributários - ENCAT. Os projetos classificados neste evento foram: Sistema informatizado de gerenciamento do planejamento e execução estratégica - SIGPEX, Sistema informatizado de acompanhamento Diário da receita - SIDIR, Metodologia de Projeção da Receita, Dimensionamento econômico das decisões judiciais e Malha Fiscal de comportamento dos segmentos.



custos; (d) expansão agrícola - neste caso contida em face de fatores regulatórios ambientais. As ações consolidadas da execução do plano de trabalho da receita resultaram nos dois anos no aumento da eficácia tributária, cuja manutenção dependem, em parte, da implantação de importantes projetos a partir de 2007. Os principais projetos são: nota fiscal eletrônica; escrituração fiscal digital; controle de incentivos fiscais; arrecadação e lançamento de empresas supersimples; sincronização cadastral nacional; controle integral de crédito fiscal; dossiê do contribuinte; malha fiscal e difusão de risco fiscal; cruzamentos de dados para fins de lançamento de tributo; reforma tributária; administração financeira do Conta Corrente Fiscal, atendimento a grandes contribuintes e tratamento diferenciado redução do não planejado; efetividade de uso da informação; elevação da produtividade em 10 vezes; redução do tempo do processo em 10 vezes e alinhamento de subsistemas da receita. Devido ao cenário atual, constituiu-se como um grande desafio para a SEFAZ a manutenção, no mínimo, da eficácia tributária alcançada em 2006.

**Indicadores:**

A receita pública total prevista para o período foi de R\$ 6.579.978.856, tendo-se realizado R\$ 6.215.777.230, 6% (R\$ 364.201.625) abaixo da previsão. Em 2006, foi apurada uma Eficácia tributária de 69,7%. O acompanhamento da realização da receita é acompanhado diariamente pela Assessoria de Pesquisa Econômica - APEA da Secretaria Adjunta da Receita Pública, sendo a análise da Receita Pública disponibilizada bimestralmente, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal. OBS: Estes valores estão sujeitos a pequena variação, devido ao não fechamento do Balanço Geral do Estado, cujo prazo legal expira-se em abril do corrente ano.

**Outros produtos entregues no programa**

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor
Receita Pública	INDICE	102	5795000000,00
<b>Município (Quantidade)</b>			
Estado de Mato Grosso			
<b>Justificativa:</b>			
A análise sobre o comportamento da receita pública do Estado de Mato Grosso é disponibilizada mensalmente na Internet. Os relatórios da Análise da Receita Pública são encaminhados para os Gestores Públicos, Câmara Fiscal, bibliotecas das universidades, Ministério Público, Delegacia Fazendária, etc. Estas avaliações são realizadas parciais e periódicas, conforme exige a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Visa, além de prevenir riscos e permitir a correção de eventuais desvios capazes de afetar o equilíbrio da contas públicas, aferir resultados e motivar/encorajar todos os gestores públicos para a busca da otimização da realização da receita.			
Receita Pública	INDICE	84	2919300000,00
<b>Município (Quantidade)</b>			
Estado de Mato Grosso			
<b>Justificativa:</b>			
A análise sobre o comportamento da receita pública do Estado de Mato Grosso é disponibilizada mensalmente na Internet. Os relatórios da Análise da Receita Pública são encaminhados para os Gestores Públicos, Câmara Fiscal, bibliotecas das universidades, Ministério Público, Delegacia Fazendária, etc. Estas avaliações são realizadas parciais e periódicas, conforme exige a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). A meta não atingida no primeiro semestre de 2006, deve-se principalmente ao comportamento negativo dos principais segmentos econômicos, em relação à previsão: a) Combustível = - 18,2% (equivalente a R\$ 79,83 milhões abaixo da projeção); b) Comunicação = - 16,6% (equivalente a R\$ 35,30 milhões abaixo da projeção); c) Madeira = - 26,4% (equivalente a R\$ 14,8 milhões abaixo da projeção); d) Pecuária = - 21% (equivalente a R\$ 18,6 milhões abaixo da projeção); e) Soja = Receita esperada de R\$ 104,3 milhões, arrecadando-se apenas R\$ 47,7 milhões no período. Esta análise visa, além de prevenir riscos e permitir a correção de eventuais desvios capazes de afetar o equilíbrio da contas públicas, aferir resultados e motivar/encorajar todos os gestores públicos para a busca da otimização da realização da receita.			
Receita Pública	INDICE	94	621577230,00
<b>Município (Quantidade)</b>			
Todo Estado			
<b>Justificativa:</b>			
A análise sobre o comportamento da receita pública e o progresso deste Programa são disponibilizados mensalmente no portal da SEFAZ (Internet). Os relatórios da Análise da Receita Pública são encaminhados para os Gestores Públicos, Câmara Fiscal, bibliotecas das universidades, Ministério Público, Delegacia Fazendária, etc visando dar transparência nas ações implementadas pelo governo. Esta análise é realizada periodicamente, conforme exige a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Visa, além de prevenir riscos e permitir a correção de eventuais desvios capazes de afetar o equilíbrio da contas públicas, aferir resultados e motivar/encorajar todos os gestores públicos para a busca da otimização da realização da receita.			

**Recomendações:**

Em 2006 a SEFAZ-MT apurou aumento significativo da eficácia tributária, vez que ela se elevou em um ano de difícil ambiente econômico, marcado por uma crise gigantesca no agronegócio brasileiro, desencadeada pela alteração dos principais indutores de crescimento acelerado de Mato Grosso: (a) taxa de câmbio; (b) preços compatíveis com os custos; (c) taxa de juros compatível com os



### Ações do Programa

#### Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

<b>Ação:</b> 1007 - CONSTRUÇÕES AMPLIAÇÕES E REFORMAS DA SEDE E POSTOS FISCAIS DA SEFAZ <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Especifico:</b> ATENDER AS UNIDADES DA SEDE E POSTOS FISCAIS DA SEFAZ EM OBRAS E REFORMAS				
<b>Descrição da Meta Física:</b> AGENFAZ E POSTO FISCAL CONSTRUÍDO E/OU REFORMADO				
<b>Unidade de Medida:</b> UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
6	6	6	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
139	1.041.879,00	1.210.000,00	166.017,00	477.370,00	15,93	22,66
140	1.610.277,00	1.234.194,00	496.345,00	0,00	30,82	40,22
240	797.844,00	120.000,00	104.879,00	0,00	13,15	87,40
Todas	3.450.000,00	2.564.194,00	767.241,00	477.370,00	22,24	36,77

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	6

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Dentro dos recursos planejados, 27% foram contingenciados, 66% remanejados para atender outras ações prioritizadas pela alta Administração. Do orçamento final disponibilizado para este projeto, 74% já foram utilizados em ações de reformas de Postos Fiscais, iniciado obra de instalação de elevador do Complexo II.

<b>Ação:</b> 1653 - DEFINICAO E ACOMPANHAMENTO DAS DIRETRIZES DE GOVERNO PA RA AS RELACOES FEDERATIVAS FISCAIS E REFORMA TRIBUTARIA <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Especifico:</b> ALINHAR A POLITICA ECONOMICA E TRIBUTARIA AS DIRETRIZES DE GOVERNO				
<b>Descrição da Meta Física:</b> DIRETRIZES DE GOVERNO ESTABELECIDAS E ACOMPANHADAS FREN TE A REFORMA TRIBUTARIA				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
10	10	10	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
140	6.000,00	6.000,00	400,00	0,00	6,67	6,67
240	6.000,00	6.000,00	5.971,00	0,00	99,52	99,52
Todas	12.000,00	12.000,00	6.371,00	0,00	53,09	53,09

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	10

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Este projeto está sob responsabilidade da Secretaria Adjunta da Receita Pública. As diretrizes da Política Tributária estadual e estimativa dos valores de projeção da Receita Pública dependem, em grande parte, da atuação dos representantes do fisco de Mato Grosso no ambiente do Comitê Nacional de Política Fazendária -CONFAZ. A execução orçamentária/ financeira foi basicamente na aquisição de em diárias e passagens, resultando nas seguintes ações:  
 a) Emissão de 358 ações (estudos técnicos, palestras, pronunciamentos, propostas de ementas) no processo da reforma tributária sendo 211 ações no Senado Federal e 147 Ações na Câmara dos Deputados ;  
 b) criação da Frente Parlamentar do Centro-Oeste, cuja coordenação técnica ficou atribuída ao titular da ARFF-SEFAZ -MT;  
 c) concepção e difusão de metodologia de cálculo de impacto da reforma tributária sobre as finanças estaduais, a qual foi adotada por todas as unidades federadas brasileiras e reconhecida como correta pelo Ministério da Fazenda;  
 d) apresentação de propostas de grande relevância em cenário nacional, tais como a PC 125/05, 126/05 e 200/06, que extinguem a Guerra Fiscal;  
 e) proposta de regulamentação do Artigo 91 da ADCT;



f) aprovação do artigo 91 da ADCT, mediante articulação da frente parlamentar do Centro-Oeste;

<b>Ação:</b> 1654 - PROPOSTA DE FORMULACAO E GESTAO DA POLITICA DE ADMINISTRACAO DA RECEITA PUBLICA <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Especifico:</b> ALINHAR A POLITICA DE ADM. DA RECEITA PUB. ESTADUAL AS POLITICAS DE RECEITAS PUBLICAS REGIONAL/NACIONAL				
<b>Descrição da Meta Física:</b> POLITICA E GESTAO DA RECEITA PUBLICA ESTADUAL PROPOSTA E GERENCIADA				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
50	50	40	80,00	80,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
140	4.800,00	4.800,00	0,00	0,00	0	0
240	12.000,00	12.000,00	11.277,00	0,00	93,98	93,98
Todas	16.800,00	16.800,00	11.277,00	0,00	67,13	67,13

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	40

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Esta unidade tem a missão de formular e executar a política tributária estadual para atingir as metas de receita pública do orçamento com justiça fiscal. A execução financeira ficou abaixo do esperado devido ao contingenciamento imposto pelo governo bem como a não efetivação das aquisições previstas em equipamentos de informática e outras.  
 Foram instituídos 22 itens com redução da carga tributária e 183 simplificações tributárias, as quais encontram-se relacionados a seguir: Isenção da cesta básica - arroz, feijão, carne, frutas, peixes, suína - todas as carnes - de 12% para 0%; Cartões de telefone - 30% para 25%; Bens de informática - 17% para 0%; Bares e restaurantes - 17% para 0%; Deferimento frete - int. 17% para 0%; Diminuição Fethab pecuária - incidência monofásica; Máquinas e equipamentos rodoviários - 17% para 12%; Energia Elétrica, subvenção Federal ao pequeno consumidor - Remissão e isenção - 10% a 17% para 0%; Deferimento à cadeia agrícola (milho, café, sorgo - alpiste) - 17% para 0%; Parcelamento caminhões e máquinas e equipamentos - 10 vezes fixas; Deferimento todas importações de bens de capital - 17% para 0%; Redução de TSE para internet - Toda CND pagava +/- R\$26,00; Redução boi em pé - de 12% para 7%; Redução ao feijão na saída interestadual - 12% para 3%; Redução ao Gás Natural Veicular - 17% para 12%; Redução ao Biodiesel - 17% para 12%; Redução IPVA caminhões e ônibus - de 1,5% para 1%; Redução do ICMS da Carne - de 12% para 7%; Deferimento da venda da CONAB a indústria de arroz - 12% para 0%; Garantido Integral - MVA Reduzido - 17% para 8%; Redução ao Gás Natural Industrial - 17% para 12%; Redução consumo de energia elétrica acima da média - comércio - 30% para 0%; Redução a demanda de potência de energia não utilizada - indústria e comércio - 30% para 0%.

<b>Ação:</b> 1656 - INVENTARIO E IMPLANTACAO DA GESTAO DAS INFORMACOES ECONOMICO-FISCAIS <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Especifico:</b> GERENCIAR AS INFORMACOES ECONOMICO-FISCAIS MANTIDAS PELA SEFAZ, RECEBIDAS DE QUALQUER FONTE				
<b>Descrição da Meta Física:</b> SISTEMA DE INFORMACOES ECONOMICO-FISCAIS IMPLANTADO				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
15	15	15	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
140	500.000,00	268.680,00	268.680,00	0,00	53,74	100,00
Todas	500.000,00	268.680,00	268.680,00	0,00	53,74	100,00

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	15

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação: Este projeto visa dar sustentabilidade ao parque tecnológico implantado na área da Receita /SEFAZ. Novos cruzamentos de dados e tratamento de massa foram implementados em 2006, resultando na disponibilização de 30 novos serviços e aplicações, voltadas basicamente para uso inteligente, facilidade, redução de tempo gasto pelo contribuinte e rigor no tratamento de ilícitos.  
 Principais aplicativos informáticos entregues: 1- Passe Eletrônico de Saída Interestadual- Sistema tem potencial de controlar mais de R\$4,0 bilhões/ano de operações interestaduais e de exportação; 2- Certidão Negativa de Débito Eletrônica - CND-e: atende mais de 130



Govorno do Estado de Mato Grosso

mil contribuintes/ano, que devem economizar 5,2 milhões/ano com a dispensa do pagamento de taxas e outros 500 mil/ano em custos de locomoção e empregados 3- Controle Eletrônico do ECF – Emissão de Cupom Fiscal eletrônico - sistema, via internet, beneficiando todos os contribuintes de comércio ou indústria. 4- Nota Fiscal de Produtor e Avulsa Eletrônica – NFPA-e: A NFPA-e beneficia mais de 20.000 produtores através da rápida emissão do documento fiscal e do controle eletrônico imediato, proporcionando nova fonte de informação digital para auditoria. 5- REFAZ – Refazenda Eletrônica: O projeto de adequação do conta corrente fiscal para que os contribuintes possam regularizar seus débitos. 6- AIDF-e, Autorização de Impressão de Documentos Fiscais eletrônica – autorização via internet a confecção e fornecimento gráfico de documentos fiscais, controlando validade, idoneidade e uso das notas fiscais utilizadas por contribuintes mato-grossenses. 7- SIGPEX – Sistema de Informações de Gestão e Planejamento estratégico da Secretaria Adjunta da Receita Pública; 8- SIDIR - Sistema de Registro de Arrecadação Diária 9- Implementação do DW de Notas Fiscais; 10-. Sistema NAI em Lote;11- Implementado sistema de controle eletrônico de exportação e de importação com confirmação do trânsito pela passagem por Posto Fiscal – NFI; 12-Sistema COE- = Controle de Operações de Entrada.

<b>Ação:</b> 2155 - MANUTENCAO DA SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PUBLICA <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> FORMULAR E EXECUTAR POLITICA DA RECEITA PUBLICA ESTADUAL E RELACOES FEDERATIVAS FISCAIS P/ATINGIR AS METAS				
<b>Descrição da Meta Física:</b> INCLUSAO DE RECURSOS NO ORCAMENTO FEDERAL AMPLIADA				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
140	107.150,00	100.650,00	49.458,00	0,00	46,16	49,14
240	35.232,00	35.232,00	33.683,00	0,00	95,60	95,60
Todas	142.382,00	135.882,00	83.141,00	0,00	58,39	61,19

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 A Secretaria Adjunta da Receita Pública tem como missão formular e executar a política tributária estadual para atingir as metas de receita pública do orçamento com justiça fiscal. As principais atividades estão relacionadas as atividades desenvolvidas pelos assessores, sendo o recurso orçamentário desta rubrica utilizado basicamente em diárias e passagens, relativas as visitas técnicas dos Grupos de Trabalho, representantes da COTEPE e CONFAZ, visando defender os interesses de Mato Grosso. Estão relacionados a seguir, os principais resultados da Assessoria de Relações Federativas Fiscais- ARRF, Assessoria de Pesquisa Econômica Aplicada APEA, Assessoria de Planejamento da Receita Pública – ASPR e Assessoria de Regime Especial que são os órgãos de assessoramento superior ligado diretamente ao Secretário Adjunto da Receita Pública:  
 a) ampla participação no processo legislativo e social de discussão da reforma tributária;  
 b) criação da Frente Parlamentar do Centro-Oeste, cuja coordenação técnica ficou atribuída ao titular da ARFF-SEFAZ -MT;  
 c) concepção e difusão de metodologia de cálculo de impacto da reforma tributária sobre as finanças estaduais, a qual foi adotada por todas as unidades federadas brasileiras e reconhecida como correta pelo Ministério da Fazenda;  
 d) apresentação de propostas de grande relevância em cenário nacional, tais como a PC 125/05, 126/05 e 200/06, que extinguem a Guerra Fiscal;  
 e) proposta de regulamentação do Artigo 91 da ADCT;  
 f) aprovação do artigo 91 da ADCT, mediante articulação da frente parlamentar do Centro-Oeste.  
 g) apresentação no Seminário Nacional de Boas práticas do ENCAT- Encontro Nacional dos Administradores Tributários dos projetos inovadores em gestão pública;  
 h) disponibilização de lista de preços mínimos;  
 i) apresentação em seminários de projeção e análise da realização da recita pública, conforme exige a Lei de responsabilidade Fiscal;.  
 j) realização de seminários sobre a reforma tributária.

<b>Ação:</b> 2520 - ATUALIZACAO E DISPONIBILIZACAO DA NORMATIZACAO DA RECEITA PUBLICA <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> GERENCIAR E SISTEMATIZAR A ATUALIZACAO E DISPONIB. DA NORMAT. DA RECEITA PUB. E ATUAR SOBRE SEUS EFEITOS				
<b>Descrição da Meta Física:</b> LEGISLACAO DA RECEITA PUBLICA PROPOSTA, ACOMPANHADA, ATUALIZADA E DISPONIBILIZADA				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00



Govorno do Estado de Mato Grosso

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
140	16.700,00	7.566,00	6.774,00	0,00	40,56	89,53
240	21.998,00	21.998,00	8.714,00	12.419,00	39,61	90,97
Todas	38.698,00	29.564,00	15.488,00	12.419,00	40,02	90,34

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Esta unidade tem como missão finalizar a redação e disponibilizar normas às Coordenadorias da Receita, identificando , avaliando e promovendo as adequações aos seus efeitos administrativos, sociais e judiciais.  
 Principais resultados:  
 a) Disponibilização de normas legais, no prazo de até dois dias da publicação;  
 b) Melhoria do sistema de atualização de atos, mediante consolidação, criação de links pertinentes, notas de republicação, reparos e novo formato;  
 c) Ampliação/reestruturação do banco de dados “Regulamento do ICMS – RICMS”;  
 d) Reestruturação/nova formatação do banco de dados “informações do órgão consultivo”;  
 e) Criação do sistema de ementários da legislação tributária;  
 f) Inserção de atos concernentes ao plano de desenvolvimento de Mato Grosso – Lei nº 7.958/03 e 8.431/05;  
 g) Criação de nota/alerta sobre a capacidade máxima de registros por busca;  
 h) Criação do evento “proposta de reforma tributária”, na base de dados da Constituição Federal;  
 i) Retomada da publicação/divulgação, no âmbito estadual, dos atos celebrados pelo CONFAZ;  
 j) Atualização do RICMS em função dos ajustes SINIEF e convênios;  
 k) Elaboração de minuta de emenda constitucional e participação de reuniões da câmara temática da assembléia legislativa, com o fim de compatibilizar as constituições federal e estadual;  
 l) Facilitação de pesquisa: inclusão da opção “prazos de recolhimento do ICMS”, no quadro “informações” do portal SEFAZ, com link na portaria inerente à matéria..  
 m) Desconcentração dos processos de consulta de restituição tributária para as gerências com atribuições pertinentes;  
 n) Desconcentração dos processos de desoneração do imposto para as gerências com atribuições pertinentes;  
 o) Desconcentração dos processos de consulta sobre as obrigações acessórias para as gerências com atribuições pertinentes;  
 p) Supressão de uma superintendência e de nível hierárquico superior para a aprovação das consultas elaboradas pela GCPJ com a concentração de todo o processo de elaboração e aprovação na CGNR, acelerando o processo de resposta às consultas  
 q) Criação registro administrativo das ordens judiciais e dimensionamento econômico de seus efeitos;  
 r) Criação do acompanhamento administrativo de 20% das decisões judiciais;  
 s) Criação da comunicação ao judiciário da inadimplência dos contribuintes beneficiados com decisões judiciais desfavoráveis à SEFAZ;  
 t) criação da disponibilização do texto da liminar com descrição de seus efeitos, eficácia e período de vigência na INTRANET.

<b>Ação:</b> 2521 - MONITORAMENTO DA RECEITA PUBLICA ESTADUAL E DA RENUENCIA FISCAL <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> EFETUAR O MONITORAMENTO, ANALISE E AVALIACAO DA RECEITA PUBLICA E DA RENUENCIA FISCAL IDENTIFICANDO E ATUANDO				
<b>Descrição da Meta Física:</b> RECEITA PUBLICA ESTADUAL E RENUENCIA FISCAL MONITORADAS				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
140	143.800,00	24.143,00	12.793,00	0,00	8,90	52,99
240	100.365,00	100.365,00	59.071,00	30.000,00	58,86	83,95
Todas	244.165,00	124.508,00	71.864,00	30.000,00	29,43	76,04

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 A unidade executora desta atividade tem como missão gerenciar informações da receita tributária, através do acompanhamento e análise, disponibilizando-as para dar suporte a tomada de decisão.  
 São os principais resultados desta coordenadoria :  
 a) Monitoramento de 87,85 % do recolhimento mensal dos contribuintes dos segmentos econômicos planejando, controlando e avaliando as medidas corretivas adotadas;  
 b) produção quadrimestral de texto de análise fiscal da receita tributaria , por segmento econômico e tipo de contribuinte, apresentando



os resultados em 03 (três) seminários internos  
 c) elaboração do cálculo do valor agregado tributário (PIB) segundo as informações econômico fiscais visando o seu contraste com o PIB econômico dimensionado pela APEA –SARP ;  
 d) formulação e proposta de medidas para otimizar a realização da receita pública;  
 e) implantação do projeto piloto da malha fiscal e fornecimento de resposta pela inteligência e avaliação crítica da informação econômico fiscal agregada;  
 f) produção de informação econômico-fiscal agregada permitindo o aprimoramento da atividade de fiscalização e de arrecadação;  
 g) implantação do sistema informatizado de importação, tendo como benefícios:  
 1. Redução das falsificações e fraudes na importação, com significativo aumento da arrecadação;  
 2. Segurança e confiabilidade do processo de exoneração do ICMS, com emissão de Guias Eletrônicas com código de autenticidade, proporcionando maior segurança para a liberação das mercadorias por parte dos depositários;  
 3. Controle gerencial on line pela SEFAZ/MT das operações desoneradas efetuadas pelos contribuintes;  
 4. Controle da apuração da composição da base de cálculo e do ICMS nas operações tributadas, evitando os recolhimentos a menor;  
 5. Tratamento tributário antes do desembaraço aduaneiro pela Secretária da Receita Federal, de todas as operações (tributadas ou desoneradas);  
 6. Controle das operações do contribuinte, após o desembaraço aduaneiro pela SRF, mediante processo de revisão;  
 7. Controle estratégico da renúncia fiscal do ICMS por tratamento tributário e por recinto alfandegado;  
 8. Controle sistemático da adimplência dos Atos Concessórios de Drawback;  
 9. Controle sistemático dos despachos com regime tributário que implique em suspensão da exigibilidade dos tributos federais (drawback, entreposto aduaneiro, RECOF, etc.);  
 10. Controle da entrada de produtos importados com benefício fiscal estadual, cujos despachos sejam desembaraçados em recintos alfandegados localizados fora do Estado de Mato Grosso;  
 11. Agilização da análise dos despachos de importação por tratamento administrativo virtual;  
 12. Possibilidade de desconcentração desses serviços nas unidades da SEFAZ, localizados nos municípios-polo.

<b>Ação:</b> 2522 - REDUCAO DAS INCONSISTENCIAS E ANOMALIAS DAS INFORMACOES ECONOMICO-FISCAIS ELETRONICAS	<b>Tipo de Ação:</b> Atividade			
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Especifico:</b> GERENCIAR AS INFORMACOES TRIBUTARIAS ATRAVES DA SUA CAPTACAO,TRATAMENTO E ANALISE				
<b>Descrição da Meta Física:</b> INFORMACAO TRIBUTARIA TRATADA, ANALISADA E DISPONIBILIZ ADA				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
<b>Meta Física Prevista LOA 2006</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
140	134.180,00	59.480,00	48.467,00	0,00	36,12	81,48
240	154.805,00	154.805,00	111.895,00	34.486,00	72,28	93,00
Todas	288.985,00	214.285,00	160.362,00	34.486,00	55,49	89,19

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 A Coordenadoria geral de Informações do ICMS – CGIC tem como missão administrar eletronicamente o cumprimento da obrigação tributária, gerir a produção de informação econômico-fiscal vinculada ao ICMS, reger e conduzir a apuração do imposto.

Destacam-se como principais produtos a gestão da GIA, gestão do SINTEGRA, a Gestão do Crédito Fiscal e o processamento de Documentos Fiscais de Saída e de Entrada. Referentemente a este último, ressalte-se que o ICMS representa 60% da Receita Pública Total, deste percentual 19,31% foi arrecadado via lançamento realizado por esta unidade, pela modalidade ICMS Garantido.

Seguem os principais resultados desta coordenadoria:  
 a) Criação da Gerência de Informações Digitais -GIDI para responder como unidade formal de enlace prevista no Convênio ICMS 20/00 - SINTEGRA (atraso de 5 anos);  
 b) Reprocessamento de arquivos magnéticos do SINTEGRA com recuperação de 50 milhões de registros, totalizando no final de 2005, 60 milhões de notas fiscais;  
 c) Cruzamento de dados pela Gerência de Nota Fiscal de entrada- GINF, utilizando os 60 milhões de registros, com identificação de 9000 contribuintes com falta de apresentação de notas fiscais na entrada do estado, o que resultou em 58 intimações aos contribuintes no valor 24 Milhões, e tornou possível rastrear completamente a operação e o desvio;  
 d) Informatização da repetição de débito por crédito do garantido integral na hipótese de posterior operação interestadual;  
 e) Reformulação dos processos de lançamento do imposto pela Gerência de Nota Fiscal de entrada- GINF, com aumento de 3 vezes da produtividade (antes 80 pessoas TAF, hoje 27 pessoas);  
 f) Solução do conflito existente quanto ao Índice de Participação dos Municípios IPM, que em 2004 contava com 50 ações judiciais, 3 índices pendentes de homologação e recálculos a cada 2 meses;  
 g) Criação de unidade própria, destinada a processamento do Índice de Participação dos municípios IPM, com cisão do quadro, sistemas e recursos da Gerência de Informações Econômico Fiscais –GIEF/CGIC;  
 h) Ampliação da NFI para atingir 80% das operações interestaduais, previamente digitadas;  
 i) Estruturação da Rede RIS na SEFAZ-MT para intercâmbio de informações entre estados brasileiros;



j) Desconcentração e unificação da produção de dados pertinentes a nota fiscal de entrada, com eliminação do retrabalho, ou seja, as notas fiscais eram digitadas no Posto Fiscal para fins de trânsito e depois redigitadas na Gerencia de Nota Fiscal de entrada GINF para efeito de lançamento: isso foi unificado.  
 k) Redução de fraudes em GIAS, que ocasionavam os conflitos e ações judiciais no IPM, mediante reformulação do procedimento de transmissão e acesso referentes as GIAS, inclusive com alteração da Lei 7098/98 para impor responsabilidade solidária;  
 l) Criação do aviso de cobrança como instrumento para exigência de sanções fiscais por descumprimento acessório, sem exigência de - Notificação de Auto de Infração -NAI;  
 m) Criação da Notificação de Auto de Infração eletrônica NAI - e, NAI Cruzamento Eletrônico e NAI em lote, mediante alterações em Lei 7098/98;  
 n) Implementação de sistemas que visam elevar de 100 NAI/ano para 20.000 NAI ano as emitidas por descumprimento de obrigação acessória, débito fiscal no Sistema do Conta Corrente Fiscal - CCF ou cruzamento de dados que identifique falta de pagamento de imposto.  
 o) Reformulação normativa para conferir aos dados contidos nos bancos de dados fazendários, força de prova nos termos da Lei 7098/98 e Lei do PAT, oportunizando o uso legal de informações magneticamente declarada pelos contribuintes;  
 p) Disponibilidade de sistema de acesso a distância, através da WEB, às prefeituras para acompanhamento dos dados utilizados para fins de IPM, com entrega de informações magnéticas a Associação Mato-grossense de Municípios- AMM, o que eliminou o processamento de milhares relatórios, reduzindo o atendimento presencial, com credenciamento prévio de representantes de municípios oportunizando a transparência no processo.

<b>Ação:</b> 2525 - RECUPERACAO DE TRIBUTOS ADM.PELA SEFAZ E APERFEICOAMENTO DA SISTEMATICA DE COMBATE A SONEGACAO E EVASAO FISCAL	<b>Tipo de Ação:</b> Atividade			
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Especifico:</b> COIBIR O INCONVERSO DE TRIBUTOS ADM. PELA SEFAZ, ALEM DE MELHORAR O DESEMPENHO NA RECUP.DOS CREDITOS TRIBUTARI				
<b>Descrição da Meta Física:</b> CREDITO TRIBUTARIO CONSTITUIDO E CONCLUIDO				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
<b>Meta Física Prevista LOA 2006</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
139	300.000,00	270.000,00	60.000,00	210.000,00	20,00	100,00
140	2.917.660,00	1.108.025,00	686.068,00	0,00	23,51	61,92
240	439.097,00	346.997,00	250.838,00	60.122,00	57,13	87,44
Todas	3.656.757,00	1.725.022,00	996.906,00	270.122,00	27,26	68,52

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Cabe a esta unidade a missão de fiscalizar os tributos estaduais, atuando prioritariamente em indícios de sonegação, visando coibir a evasão fiscal .O volume de recursos financeiros aplicados justifica-se pela manutenção das atividades de rotina nos Postos Fiscais, disponibilização de serviços nas agencias fazendárias bem como a realização de diligências e fiscalização volante no interior do Estado . Estão relacionados a seguir os principais resultados de 2006: 1) emitidos eletronicamente 12.544 Termos de Apreensão e Depósito-TAD; 2) aumento de 159% no número de registros ( 250.000 registros eletrônicos) nos Postos Fiscais de Mercadorias em Trânsito; 3)Recuperação do valor do crédito tributário nos segmentos econômicos correspondendo a R\$ 1.586.715.633 utilizando-se a ferramenta PGF - Planejamento e Gestão da Fiscalização, tendo sido priorizados os segmentos de maior nível de sonegação estimada 5) atendidas 33% das diligências com pedido de priorização feitos pela Delegacia Fazendária e Ministério Público; 6)Ampliada para 34 o número de transportadoras que possuem convênio com a EDI fiscal, contribuindo para o aumento da eficácia no processo de fiscalização.

<b>Ação:</b> 2526 - EXECUCAO DAS DIRETRIZES DA POLITICA TRIBUTARIA, ECONOMICA E DA RECETTA PUBLICA ESTADUAL	<b>Tipo de Ação:</b> Atividade			
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Especifico:</b> EXECUTAR AS DIRETRIZES DA RECEITA PUBLICA E ECONOMICA, EFETUANDO O CONTROLE E ADM DA RECEITA PUBLICA ESTADUAL				
<b>Descrição da Meta Física:</b> RECEITA PUBLICA ESTADUAL ADMINISTRADA				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
<b>Meta Física Prevista LOA 2006</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
100	100	100	100,00	100,00



Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
140	90.690,00	48.690,00	2.525,00	0,00	2,78	5,19
240	28.015,00	28.015,00	8.861,00	18.654,00	31,63	94,66
Todas	118.705,00	76.705,00	11.386,00	18.654,00	9,59	19,61

<b>Região de Planejamento</b>				<b>Qtd. Meta Física</b>		
9900 - ESTADO				100		

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
Esta unidade coordena o processo de execução do Programa da Receita Pública, cujo resultado principal é a realização da Receita Pública Total. A execução financeira ficou abaixo do esperado devido ao contingenciamento imposto pelo governo estadual e a não efetivação das aquisições previstas no Plano de Aquisição, como por exemplo, equipamentos de informática e contratações de consultoria para desenvolvimento de sistemas informatizados. O principal produto é a realização da Receita Pública, ficando 6% (R\$364.201.625) abaixo da previsão segundo LDO (valor previsto R\$6.579.978.856). Os segmentos econômicos que apresentaram desempenho mais críticos foram : algodão, arroz, pecuária, soja, energia, comunicação, madeira e medicamentos, refletindo a crise econômica em 2006. Outra importante medida para melhor atender ao cliente- cidadão , foi a transferência de produtos de atendimento das unidades da Receita Pública para o Centro Integrado de Atenção ao Contribuinte -CIAC( unidade criada para essa finalidade).

<b>Ação:</b> 2527 - MANUTENCAO E APERFEICOAMENTO DA CORREGEDORIA FAZENDARIA				<b>Tipo de Ação:</b> Atividade		
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA						
<b>Objetivo Especifico:</b> COMBATER A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E O DESVIO DE CONDUITA DE SERVIDOR FAZENDARIO						
<b>Descrição da Meta Física:</b> LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS FAZENDARIOS ACOMPAN HADA						
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL						
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos		
100	100	100	100,00	100,00		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
140	408.440,00	282.178,00	185.501,00	0,00	45,42	65,74
240	91.560,00	81.560,00	53.638,00	16.682,00	58,58	82,68
Todas	500.000,00	363.738,00	239.139,00	16.682,00	47,83	68,91

<b>Região de Planejamento</b>				<b>Qtd. Meta Física</b>		
9900 - ESTADO				100		

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
Medida 1 - Investigar as Irregularidades Funcionais : Foram realizadas inspeções em Agências Fazendária e Postos Fiscais, bem como verificações, diligências e copiamento de documentos nas unidades de fiscalizações e em outros Estados da Federação, utilizado o orçamento planejado.  
Medida 2 - Apurar as Irregularidades Funcionais : Foram realizadas 79% em Diárias e 80% das passagens destinadas as diligências, oitivas em diversos locais deste Estado, inclusive em outros Estados da Federação, e 19 % das peritagens visando apurar os procedimentos disciplinares, gerando um saldo orçamentário de aproximadamente R\$ 124.000,00.  
Medida 3 - Intensificar Ações Preventivas : Foram realizadas monitoramento em Agências Fazendárias, Postos Fiscais e demais unidades fazendárias; palestras e outras ações que coíba o desvio de conduta de servidor, conforme planejamento.  
Medida 4 - Proceder a Revisão e Acompanhamento de Ações Fiscais : Foram cumpridas as medidas nos ditames do planejado no PTA/2006.  
Medida 5 - Executar o Serviço de Inteligência : Foram realizadas diversas diligências em outros Estados, copiamentos de informações digitais e documentais.

<b>Ação:</b> 2528 - MANUTENCAO DO ORGAO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINIS- TRATIVO TRIBUTARIO - OJPAT				<b>Tipo de Ação:</b> Atividade		
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA						
<b>Objetivo Especifico:</b> CONTRIBUIR COM A CELERIDADE NA CONCLUSAO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTARIO						
<b>Descrição da Meta Física:</b> PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTARIO JULGADO NO PRAZO						
<b>Unidade de Medida:</b> MES						
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos		
6	6	6	100,00	100,00		



Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
140	54.963,00	10.963,00	10.525,00	0,00	19,15	96,00
240	53.943,00	53.943,00	32.711,00	0,00	60,64	60,64
Todas	108.906,00	64.906,00	43.236,00	0,00	39,70	66,61

<b>Região de Planejamento</b>				<b>Qtd. Meta Física</b>		
9900 - ESTADO				6		

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
AS AÇÕES DE JULGAMENTO DOS PROCESSOS CONTECIOSOS E O CONTROLE DA LEGALIDADE DOS PROCESSOS A REVELIA, REFERENTE O ANO DE 2006 FORAM EXECUTADOS. NO ENTANTO, A PRODUÇÃO DO SISTEMA PAT (SISTEMA QUE CONTROLA ELETRÔNICAMENTE A TRAMITAÇÃO DO PAT), FICOU PARCIALMENTE COMPROMETIDA EM RAZÃO DA NÃO AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E IMPRESSORAS EM TEMPO HÁBIL.

<b>Ação:</b> 2699 - MANUTENCAO E APERFEICOAMENTO DA DELEGACIA FAZENDARIA-UN IDADE SEFAZ				<b>Tipo de Ação:</b> Atividade		
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA						
<b>Objetivo Especifico:</b> COMBATER O CRIME CONTRA ORDEM TRIBUTARIA ADMINISTRATIVA PUBLICA						
<b>Descrição da Meta Física:</b> PRAZO LEGAL PARA A CONCLUSAO DOS INQUERITOS INSTAURADOS MANTIDO						
<b>Unidade de Medida:</b> DIA						
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos		
30	30	100	333,33	333,33		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
140	193.300,00	154.752,00	152.733,00	0,00	79,01	98,70
240	46.700,00	41.700,00	21.093,00	10.010,00	45,17	66,56
Todas	240.000,00	196.452,00	173.826,00	10.010,00	72,43	93,23

<b>Região de Planejamento</b>				<b>Qtd. Meta Física</b>		
9900 - ESTADO				100		

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
Na implementação do trabalho de inteligência especializada decidiu-se pela mudança de estratégia, tendo em vista, as restrições e impossibilidades para a formação e instalação das equipes planejadas inicialmente. Optou-se pela implantação de estrutura tecnológica e de informática que possibilite as investigações e o cruzamento de informações especializadas, previsão esta para o 2º semestre de 2006 e ano de 2007.  
Na implementação do trabalho integrado entre a SEFAZ/Delagacia Fazendária/ 12ª Promotoria, tem- se ainda pendente a definição da meta comum para fundamentar as ações conjuntas a serem prevista no PTA de cada ano.  
Na análise da execução orçamentária e financeira é importante destacar três aspectos: 1) tivemos restrição orçamentária no valor de R\$ 68.683,00 e do total autorizado não obtivemos os bens e serviços nos prazos constantes do nosso planejamento. 2) apesar da previsão orçamentária para ações de deslocamento das equipes tivemos restrição financeira, impossibilitando o cumprimento de operações planejadas para o primeiro semestre. 3) a priorização de pedidos emitidos pelo Governador para investigações e diligências acarretando alterações no planejado inicialmente.  
O cumprimento parcial das operações acarretam a tendência de agravamento dos desvios da receita pública, das fraudes administrativas e dos índices de sonegação fiscal e consequentemente da insatisfação e descrédito da população na solução dos crimes contra a administração pública e ordem tributária.  
Como já analisado no primeiro semestre, as ações inicialmente previstas foram alteradas por priorização de ações demandadas pelo Governador e direção superior, que tiveram continuidade no segundo semestre, com a concretização de: doze operações ( caça ao tesouro – postos fiscais; castoldi; fênix-I , II e III – Confresa e Região; angico – Sinop e região; coruja I e II – SEDUC; alfa – Rondonópolis; Colniza; Cuiabá – empresa KS dos Santos; Vulcano e operação carga pesada):  
- Mandados de prisão: 19  
- Prisão preventiva: 07  
- Prisão temporária : 85  
- Autos de prisão em flagrante: 07  
- Mandados de busca e apreensão : 132  
- Seqüestro de bens: 15 bens ( empresas e fazendas)

Ainda neste período, demos continuidade à preparação dos trabalhos para a atuação conjunta não só com a SEFAZ, mas ainda, AGE, SAD e SEPLAN, relativamente aos crimes praticados contra a Administração Pública Estadual.  
Do orçamento previsto para o exercício de 2006 foi utilizado o percentual de 88%, visto que os 12% restantes ficaram inviabilizados por questões de não conclusão dos procedimentos de aquisição de equipamentos e/ou materiais de apoio.



Relativamente à execução financeira desconhecemos suas informações.

<b>Ação:</b> 2700 - MANUTENCAO E APERFEICOAMENTO DA PROMOTORIA - UNIDADE SE FAZ <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Especifico:</b> COMBATER A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A SONEGACAO FISCAL				
<b>Descrição da Meta Física:</b> ACOES REFERENTES AO COMBATE AOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTARIA MANTIDAS				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
140	87.400,00	15.435,00	5.066,00	0,00	5,80	32,82
240	71.112,00	66.112,00	34.057,00	22.214,00	47,89	77,58
Todas	158.512,00	81.547,00	39.123,00	22.214,00	24,68	65,94

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Na implementação do trabalho de inteligência especializada decidiu-se em conjunto com a Delegacia Fazendária, pela mudança de estratégia, tendo em vista, as restrições e impossibilidades para a formação e instalação das equipes de investigação planejadas inicialmente. Optou-se pela implantação de estrutura tecnológica e de informática que possibilite as investigações e o cruzamento de informações especializadas, previsão esta para o 2º semestre de 2006 e ano de 2007.  
 Na implementação do trabalho integrado entre a SEFAZ/Delagacia Fazendária/ 12ª Promotoria, tem-se ainda pendente a definição das metas comuns para fundamentar as ações conjuntas a serem previstas no PTA de cada ano. ( Meta do crédito sonegado ano anterior e crimes denunciados e/ou levantados contra a administração pública).  
 Nas ações de priorização de inquéritos e oferecimento de denúncia atingiu-se o proposto inicialmente para o primeiro semestre.  
 Na análise da execução orçamentária e financeira tem-se a destacar a restrição orçamentária no valor de R\$ 53.154,00 , o que impossibilita o cumprimento integral do planejamento da Promotoria, mesmo que sejam várias ações, estas são todas interdependentes. Desta forma, buscou-se outras alternativas para investigação e formação de equipes especializadas, mas que ainda, não solucionaram o cumprimento parcial de operações importantes para a conclusão de vários processos, o que poderá afetar os resultados do próximo semestre.  
 Destaca-se ainda, que a não implantação das alternativas tecnológicas, de informática e de troca de informações entre as diversas instituições públicas haverá uma tendência de agravamento dos desvios da receita pública, das fraudes contra a administração pública e dos índices de sonegação fiscal e consequentemente insatisfação e descrédito da população na solução dos crimes contra a administração pública e ordem tributária.

No segundo semestre tivemos a continuidade das operações priorizadas para o ano , com o encaminhamento da operação "Quimera", que resultou na demissão de servidores envolvidos em ilícitos e no aumento do registro das operações de entrada das empresas envolvidas.  
 Relativamente aos resultados da redução dos crimes contra a administração pública foram iniciadas as ações conjuntas com a Auditoria Geral do Estado, no que se refere aos ilícitos nas contratações, aquisições e controle patrimonial do Estado, como também, à idoneidade das empresas licitantes e de suas operações.

A execução orçamentária ficou em 48% do previsto, uma vez que a contratação de serviços técnicos de informática e pericial não foi concluída e as ações pertinentes executadas parcialmente e/ou canceladas.  
 Por fim, relativamente à análise da execução financeira não temos conhecimento.

<b>Ação:</b> 2929 - REGISTRO, CONTROLE, CONSOLIDACAO, CONCILIAÇÃO, ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA RECEITA PÚBLICA ESTADUAL <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Especifico:</b> GARANTIR O REGISTRO, CONTROLE, CONSOLIDACAO, ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA RECEITA PÚBLICA.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> RECEITA PÚBLICA ESTADUAL REGISTRADA, CONTROLADA E AVALIADA				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final)
-------	--------------------------	----------------------------------	-----------------	----------------------	---	---



						- Valor Contingenciado
140	483.240,00	57.640,00	36.899,00	0,00	7,64	64,02
240	132.468,00	132.468,00	76.704,00	40.500,00	57,90	83,40
Todas	615.708,00	190.108,00	113.603,00	40.500,00	18,45	75,93

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Esta atividade pertence a Coordenadoria Geral de Informações de Outras Receitas criada na reforma administrativa em 2005, possuindo como atribuição inventariar e produzir toda e qualquer informação necessária à administração da receita pública, excetuada a proveniente do ICMS assegurando sua consistência, regularidade, idoneidade, integridade normalidade e confiabilidade.O Termo de Referência para aquisição de desenvolvimento de Sistemas no valor de R\$142.500,00 foi paralisado em 2006, devendo ser retomado em 2007, para implantar o projeto de controle das taxas e contribuições .  
 São os principais resultados :

- 1)Efetuado o controle e registro da receita pública até o 10º dia do mês subsequente
- 2)Efetuada a descentralização da análise documental do processo de cadastramento e recadastramento do produtor rural
- 3)Implementada sistemática de validação permanente dos dados de base cadastral ;
- 4)Revisto o enquadramento da atividade econômica fiscal do contribuinte
- 5)Reduzidas as inconsistências dos débitos do IPVA
- 6)Executada a cobrança administrativa dos devedores de IPVA
- 7)Implantada o gerenciamento das taxas
- 8)Identificada e inventariada as taxas exigidas no âmbito estadual, indicando os respectivos órgãos e destinação;
- 9)Implementar a gestão do recolhimento por DAR dos fundos e taxas devidas as secretarias finalísticas e fundos vinculados aos programas de incentivo benefício fiscal ou financeiro.

<b>Ação:</b> 3119 - REESTRUTURACAO DAS ATRIBUICOES E AREA DE NEGOCIO DA SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Especifico:</b> OTIMIZAR A AREA DE NEGOCIO DA RECEITA E DO GASTO PÚBLICO NO AMBITO FAZENDARIO INTEGRANDO OS RESPECTIVOS PROCES				
<b>Descrição da Meta Física:</b> ATRIBUICOES E AREA DE NEGOCIO DA SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA REESTRUTURADAS				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
40	40	32	80,00	80,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
140	1.800,00	1.800,00	1.200,00	0,00	66,67	66,67
240	6.000,00	6.000,00	5.106,00	0,00	85,10	85,10
Todas	7.800,00	7.800,00	6.306,00	0,00	80,85	80,85

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	32

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Destaca-se a importância deste projeto que integra de forma sistêmica os processos da área da Receita Pública. Houve atraso na implementação deste projeto devido a reforma na estrutura administrativa na SEFAZ . A reestruturação visa adequar os processos e incorporar novas atividades, ocasionando reorganização de processos visando responder por 279 produtos , ou seja 59% a mais de serviços a sociedade e Estado. Na meta física acima foram realizadas as seguintes ações: 1)Efetuado o controle e registro da receita pública integrando as áreas financeiras e tributária (implantados 04 dos 05 componentes previstos). 2)Disponibilizada informação par a área financeira sobre o fechamento da realização da receita, até o 10 dia do mês subsequente - recebimento mensal de 150.000 documentos

<b>Ação:</b> 3120 - IMPLANTACAO DA GESTAO DAS DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS ESTADUAIS <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Especifico:</b> GERENCIAR TODAS AS RECEITAS PÚBLICA NO ESTADO, VISANDO A MELHORIA NA GESTAO DE OUTRAS FONTES DE FCTO PÚBLICO				
<b>Descrição da Meta Física:</b> GESTAO DAS DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS ESTADUAIS IMPLANTAD AS				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
60	60	48	80,00	80,00



Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
140	144.000,00	5.590,00	5.590,00	0,00	3,88	100,00
240	6.000,00	6.000,00	4.865,00	0,00	81,08	81,08
Todas	150.000,00	11.590,00	10.455,00	0,00	6,97	90,21

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	48

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
A Coordenadoria de Informações sobre outras receitas tem como missão administrar eletronicamente o cumprimento da obrigação tributária, a produção de informações econômico-fiscais de outros tributos, exceto ICMS, dirigir a rede arrecadadora, o sistema de partilha de receitas estaduais destinadas a fundos e os cadastros.

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:

São os principais destaques desta coordenadoria:

- Adequação antiabuso para normas cadastrais referentes ao comércio atacadista e distribuidor de combustíveis;
- Aumento de 10 vezes na produtividade cadastral, mediante desconcentração do cadastro e reformulação de procedimentos;
- Diversificação da forma de pagamento do imposto e aumento de 100% no número de pontos de arrecadação, mediante ampliação da rede arrecadadora, tudo visando facilitar o pagamento do imposto;
- Disponibilização na internet livre de acesso aos documentos de pagamento do imposto;
- Redução do tempo de transmissão de dados entre rede arrecadadora e SEFAZ, que caiu de 1 hora para 15 minutos em média, oportunizando o fim do selo fiscal e do uso da NF3, com difusão eletrônica em sistema fazendário de registro do recolhimento;
- Saneamento da conta - corrente IPVA, mediante cruzamento de dados com informações obtidas diretamente no DENATRAN;
- Revisão das normas e procedimentos de gestão de ITCD e Taxas;
- Redução de 500.000 atendimentos presenciais/ano, anteriormente realizados através das AGENFAS, mediante disponibilização de serviços na internet;
- Ampliação da exigência de DAR como instrumento formal de recolhimento de receitas estaduais e controle de ingressos;
- Recadastramento de todos os equipamentos ECF em uso e respectivos intervenores, distribuidores e intervenores;
- Interiorização do Cadastro, cuja desconcentração segue diretiva de prestação crescente de serviços eletrônicos e atendimento no domicílio do contribuinte.
- Sincronização e unificação cadastral com a JUCEMAT, o que reduziu em 5 vezes o tempo de abertura de estabelecimentos e redução da exigência de 11 para apenas 02 documentos para abertura da inscrição estadual;
- Implementação do controle eletrônico de renúncia fiscal no IPVA e implementação do controle eletrônico de parcelamento do IPVA;
- Redução de 24 horas para 15 minutos da sincronização e troca de informações de recolhimento entre DETRAN e GIPVA;
- Instalação de ponto desconcentrado de atendimento da GIPVA junto ao DETRAN;
- Realização de parcerias de cobrança do IPVA com prefeituras municipais e polícia de trânsito que representam 50% da frota em circulação;
- Melhoria no processo IPVA - redução no tempo de análise de 10 para 03 dias : nos processos de baixa de débito de roubo/furto,isenção, imunidade;
- Atualização cadastral de 114.000 dados dos produtores rurais;
- Homologação de 43.071 inscrições estaduais de 67.000;
- Disponibilização de parcelamento e emissão de DAR aut e GNRE na INTERNET;
- Redução de 65 para 17 servidores em função da automação no processo de arrecadação;
- Descentralização para o interior dos processos de alteração do código de receita, Inscrição estadual, CNPJ, cancelamentos de DAR;
- Implantação do DW da arrecadação;
- Centralização na SEFAZ da arrecadação de TAXAS, FUNDOS, CONTRIBUIÇÕES e IRRF dos órgãos da administração direta e indireta.

Ação: 3121 - IMPLANTACAO DA GESTAO GLOBAL DE CREDITO FISCAL Tipo de Ação: Projeto					
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA					
Objetivo Específico: ADMINISTRAR O CREDITO FISCAL ESTADUAL UTILIZADO PELO SUJEITO PASSIVO DE FORMA A ASSEGURAR SUA REGULA.E IDONEID					
Descrição da Meta Física: GESTAO DO CREDITO FISCAL UTILIZADO PELO SUJEITO PASSIVO IMPLANTADA					
Unidade de Medida: PERCENTUAL					
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos	
60	60	6	10,00	10,00	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
140	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
Todas	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0



Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	6

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
Observamos que a partir de 2006, este projeto recebeu a denominação para "IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO GLOBAL DE CRÉDITO FISCAL ". Foi editada a Portaria 103/2006, onde instituiu o Sistema de Gerenciamento Eletrônico de créditos Fiscais-PAC-RUC, visando otimizar os procedimentos de controle eletrônico de crédito nas operações com produtos in natura e semi elaborados, oriundos da agropecuária e indústria extrativa .Constam no PTA as principais medidas do Plano de Trabalho, e que irão subsidiar a construção da MALHA FISCAL DO CRÉDITO:

- 1) Reduzir em 50% o nº de processos de restituição, crédito, consulta e desoneração existente na gerencia em fevereiro de 2005, mediante reformulação segura de procedimentos, processos, e legislação pertinente.
- 2) Implantar gestão fiscal de créditos fiscal;
- 3) Identificar até nov de 2007, os efeitos da fruição do incentivo fiscal vinculado a crédito presumido quanto ao segmento econômico;
- 4) Desconcentrar para a Agenfa os processos referentes autorização de crédito, fazendo-o por meio de sistema eletrônico em ambiente WEB, com glosa em tempo real dos documentos referentes a operações não encontradas em base de dados fazendários ;
- 5) Identificar o comportamento de credito fiscal total do imposto por segmento econômico.
- 6) Implantar sistema eletrônico de gestão administração da restituição e da desoneração tributaria concedida em âmbito fazendário. O Termo de Referência para aquisição de desenvolvimento de Sistemas no valor de R\$ 100.000,00 foi paralisado em 2006, devido ao contingenciamento de recurso , para ser retomado em 2007 para implantação do projeto de controle eletrônico de crédito fiscal .

Ação: 3586 - MONITORAMENTO DAS TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E CONVENIAIS Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
Objetivo Específico: EFETUAR A AVALIACAO E ANALISE DA RECEITA PUBLICA, DECORRENTES DAS TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E CON				
Descrição da Meta Física: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E CONVENIAIS MONITORADAS				
Unidade de Medida: PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
140	239.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
240	6.000,00	6.000,00	0,00	3.000,00	0	0
Todas	245.000,00	6.000,00	0,00	3.000,00	0	0

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	100

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
A análise da receita pública mostra que do total das receitas, a tributária representa 60% , as contribuições 8,83% e as transferências correntes 25,33%, totalizando, esses três grandes grupos, 93,26% da receita total. Porem, devido a necessidade de gerenciar por fundo, órgão, entidade ou fundação da administração direta o comportamento da receita, e o motivo da não realização, foi criada a GIOR- Gerência de Outras Receitas . O sistema informatizado para controlar todas as outras receitas como as contribuições para fundos, Taxas, ITCD ainda não foi implantado devido as limitações na área de desenvolvimento de sistemas da SEFAZ.

- Relacionamos a seguir, as principais medidas realizadas em 2006 :
- 1) Inventariadas e identificadas 891 taxas exigidas no âmbito estadual, indicando os respectivos órgãos e sua destinação
  - 2) comparadas e identificadas em âmbito nacional os valores das taxas e respectivos serviços em 22 dos 27 estados federados
  - 3) apurado o valor do custo das taxas de serviços estaduais pertinente aos serviços fazendários visando sua atualização
  - 4) implementada a gestão em 17 dos 41 fundos, do recolhimento, por DAR, dos fundos e taxas devidas as secretarias finalísticas, vinculados aos programas de incentivo, benefício fiscal e renúncia. Pelo segundo ano consecutivo o sistema automatizado para controle das Taxas consta no planejamento das ações de informatização para 2006.O Termo de Referência para aquisição de desenvolvimento de Sistemas no valor de R\$ 245.000,00 foi paralisado em 2006, devendo ser retomado em 2007, para implantar o projeto de controle informatizado das transferências constitucionais legais e voluntárias.

Ação: 3596 - IMPLANTACAO DE SISTEMA DE GESTAO ADMINISTRATIVA DE CONTROLE DE TRANSITO DE MERCADORIA NO ESTADO - PGT Tipo de Ação: Projeto					
Unidade Resp.Ação: 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA					
Objetivo Específico: GARANTIR ATRAVES DO SISTEMA ELETRONICO MAIOR EFETIVIDADE NA GESTAO ADMINISTRATIVA DAS UNIDADES FAZENDARIAS DE					
Descrição da Meta Física: SISTEMA IMPLANTADO					
Unidade de Medida: PERCENTUAL					
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos	
100	100	90	90,00	90,00	





Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
140	394.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
240	6.000,00	6.000,00	1.000,00	3.000,00	16,67	33,33
Todas	400.000,00	6.000,00	1.000,00	3.000,00	0,25	33,33

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	90

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 A partir de 2006, este projeto recebeu a seguinte denominação : IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DE CONTROLE DE TRANSITO DE MERCADORIA PELO ESTADO - PGT :  
 Foi elaborado o documento de visão do projeto e em fase final de concepção de desenvolvimento do sistema.  
 A partir da criação de uma unidade com atribuições para definir a política de fiscalização no estado, este sistema esta sendo adaptado para atender a esta necessidade.  
 Este sistema irá subsidiar as ações de fiscalização de mercadorias em transito e construção da malha fiscal , visando melhorar a eficácia no processo de fiscalização. Os Termos de Referência para integração da malha fiscal de transito após a aquisição e instalação de balanças eletrônicas nos principais postos de fiscalização na fronteira, no valor de R\$400.000,00 foram paralisados em 2006. Este projeto deve ser retomado em 2007, pois visa reduzir a fraude na entrada e saída do estado.

<b>Ação:</b> 1915 - IMPLEMENTACAO DA SISTEMATICA DE PREVISAO E MONITORAMEN TO DAS RECEITAS PUBLICAS	<b>Tipo de Ação:</b> Projeto			
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 20101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL				
<b>Objetivo Especifico:</b> MELHORAR O GERENCIAMENTO DAS RECEITAS PUBLICAS				
<b>Descrição da Meta Física:</b> RECEITAS PUBLICAS PREVISTAS E MONITORADAS				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	22.412,00	22.412,00	4.904,00	13.412,00	21,88	54,49
180	46.250,00	46.250,00	0,00	0,00	0	0
Todas	68.662,00	68.662,00	4.904,00	13.412,00	7,14	8,88

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 O projeto de implementação da sistemática de previsão e monitoramento das receitas públicas tem por objetivo melhorar o gerenciamento das receitas públicas diretamente arrecadadas, que são aquelas provenientes de esforço próprio de arrecadação dos órgãos e entidades. Essas receitas representam 6,06% do orçamento anual do Estado, sendo que a previsão delas é realizada pelos próprios órgãos e entidades arrecadadoras. Contudo, com exceção de alguns órgão e entidades, a receita prevista difere bastante da receita arrecadada, segundo o indicador denominado TPR – Trabalho de Previsão de Receitas divulgado pela ABOP – Associação Brasileira de Orçamento Público. Segundo esse indicador o desempenho da receita diretamente arrecadada para 2005 e 2006, foi considerado bom e regular, respectivamente. Contudo isto não significa que todos os órgãos tiveram um desempenho bom e regular. Muitas disparidades são observadas, alguns órgãos arrecadam muito acima e outros muito abaixo, acontecendo algumas compensações.  
 A metodologia de previsão de receitas diretamente arrecadada ainda é de conhecimento apenas de um pequeno grupo de pessoas, surgindo então a necessidade de criação de um sistema informatizado que atenda a todas normas técnicas e legais regidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que utilize a tecnologia disponível e seja acessível e conhecido por um número maior de pessoas.  
 A equipe responsável pelo projeto vem desenvolvendo as medidas e as tarefas propostas do PTA 2006 para alcançar o objetivo proposto. Nesse sentido, foi desenvolvida a metodologia para a previsão das receitas diretamente arrecadada, e o software que facilite a operação da previsão. Esse sistema será desenvolvido em 02 etapas. A primeira etapa é o desenvolvimento de um software para a previsão de receitas diretamente arrecadada e a segunda etapa, prevista para 2007, é o monitoramento dessas receitas através do FIPLAN. A primeira etapa está em fase de conclusão, faltando alguns ajustes no software, inclusive foi elaborado um manual orientativo do sistema. Contudo, o sistema estava sendo desenvolvido por um técnico, terceirizado pelo Cepromat, que teve seu contrato encerrado em novembro de 2006. Somente em março de 2007, houve o retorno das atividades do sistema informatizado, para a realização dos ajustes que faltavam para finalização do sistema ainda este mês.  
 Em 2006, foram reformuladas as codificações e descrição das fontes de recursos com objetivo de diminuir o número de fontes existentes. Sendo assim, foram reduzidas as fontes de 76 para 33. Essa redução, do ponto de vista técnico, tem a finalidade de facilitar a execução orçamentária e financeira. Sendo que essa nova codificação de fonte já foi utilizada para a elaboração do orçamento de 2007 e está disponível na página da SEPLAN, no manual técnico de elaboração do orçamento de 2007.  
 Foram criadas novas naturezas de receita denominada receitas intra-orçamentárias (intragovernamentais), com o objetivo acabar com a duplicidade de receitas e despesas, nesse caso através da implantação da modalidade de aplicação 91, conforme portaria interministerial



do Governo Federal.  
 O relatório mensal de previsão e execução de receitas diretamente arrecadada e convênios está sendo elaborado mensalmente e apresentado na Câmara Fiscal nas reuniões bimestrais. Sua divulgação é quadrimestral na página da SEPLAN, no menu Execução Orçamentária.  
 Recursos financeiros.  
 Foram previstos na LOA R\$ 22 mil na fonte 100 e R\$ 46 mil na fonte 180. Da fonte 100, foram empenhados, liquidado e pago o valor de R\$ 4.904,00, referente a diárias e passagens aéreas. Esses recursos foram utilizados no desenvolvimento do software da receita em passagens e diárias. As viagens foram para Brasília, com objetivo de buscar informações do sistema de receitas lá utilizado para o desenvolvimento do nosso sistema.  
 A fonte 180, que é convênio com o Programa de Modernização da Gestão – PNAGE, não teve execução por que o convênio foi assinado, contudo, não houve liberação de recursos devidos dificuldades da implementação.



## Programa

<b>Programa:</b> 0237 - GASTO PÚBLICO								
<b>Objetivo do Programa:</b> EQUILIBRIO SUSTENTADO ENTRE RECEITA E DESPESA								
<b>Und.Resp.Programa:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA								
<b>Resp. Programa:</b> Waldir Júlio Teis								
Indicadores:	Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
	2006	DESPESA DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO	anual	percentual	49	49	41.05	16/1/2007
	2006	RECEITA PUBLICA/DESPESA PUBLICA >=1	anual	índice	1	1	1.09	16/1/2007

### Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
1.906.219,00	3.135.911,00	948.221,00	1.539.771,00	49,74	59,41

#### Avaliação de resultados e da execução do programa:

O programa 237-"GESTÃO DA POLÍTICA FINANCEIRA ESTADUAL" tem como objetivo o equilíbrio sustentado entre a receita e despesa. O índice da relação receita /despesa apurado no exercício (dados preliminares) foi de 1,01, apontando equilíbrio no exercício. Dos projetos inseridos no PTA 2006, os projetos 1694-1695 e 3574, sob a responsabilidade da SAD, tiveram seus recursos 100% contingenciados, no entanto, as atividades não onerosas estão sendo desenvolvidas normalmente. Dos recursos previstos para a execução dos projetos sob a responsabilidade da SEFAZ foram contingenciados os recursos previstos no projeto 3572 - Desenvolvimento da 2ª versão do FIPLAN, o que não ocorreu devido ao atraso na implementação da 1ª versão do sistema, ficando suas medidas adiadas para início em 2007, logo após a 1ª versão entrar em operacionalização. As demais atividades foram realizadas conforme planejado.

#### Indicadores:

#### Outros produtos entregues no programa

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor

#### Recomendações:

Conforme já recomendado anteriormente, os projetos 1694/1695 e 3574, sob a gestão da SAD, deveriam ser remanejados para o programa Gestão de Pessoas, possibilitando o seu acompanhamento pelo Secretário responsável pela administração do grupo de despesas "Pessoal e Encargos Sociais", ou seja, Secretaria de Administração. À Secretaria de Fazenda cabe o acompanhamento de indicadores que possibilitem medir o desempenho global das despesas do Estado, e alertar aos Secretários sobre os riscos ao equilíbrio fiscal, ficando as ações de acompanhamento da execução de projetos/atividades de outros órgãos sob a responsabilidade do Secretário da pasta.

A mesma situação pode ser observada com o projeto 1690 - Gestão de Convênios - sob a gestão da SEPLAN. Cabe ao Secretário da pasta acompanhar a implementação do projeto e acompanhar a sua execução.

Outra recomendação seria quanto à Dívida Pública: adotar a RCL (Receita Corrente Líquida) como parâmetro para estabelecer o indicador e a meta física para o estoque da dívida consolidada líquida, a fim de uniformizar com o critério instituído pela LRF ( 2 x RCL).

Assim, fica a recomendação de remanejar os projetos: 1694/1695/3574 e 1690 para os programas mais adequados ao seu acompanhamento.



## Ações do Programa

### Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

<b>Ação:</b> 1694 - RECADASTRAMENTO DOS INATIVOS, PENSIONISTAS E DEPENDENTES TERS					<b>Tipo de Ação:</b> Projeto		
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 11101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO							
<b>Objetivo Específico:</b> LEVANTAR OS BENEFICIOS CONCEDIDOS INDEVIDAMENTE VISANDO EXPURGAR CONCESSOES IRREGULARES							
<b>Descrição da Meta Física:</b> INATIVOS PENSIONISTAS E DEPENDENTES RECADASTRADOS							
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL							
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos			
40	40	40	100,00	100,00			

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	400.000,00	400.000,00	0,00	400.000,00	0	0
Todas	400.000,00	400.000,00	0,00	400.000,00	0	0

#### Região de Planejamento

9900 - ESTADO

#### Qtd. Meta Física

40

#### Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:

No que se refere a este projeto temos a informar que o mesmo, quanto à meta física, foi executado normalmente no transcorrer do exercício de 2006, vez que possui tarefas de natureza onerosas e não onerosas. A execução orçamentária e financeira ficou prejudicada em razão do contingenciamento em 100% da dotação. Porém, ressaltamos que parte das funcionalidades do presente projeto foi contemplada no objeto do contrato com empresa especializada na realização na execução de estudos e serviços técnicos com vistas à estruturação, instituição e operação do Regime Próprio de Previdência de Mato Grosso, tendo sua execução no projeto 1650 (Gestão do Sistema Previdenciário)

**Ação:** 1695 - FISCALIZACAO E COBRANCA DE CONTRIBUICOES PREVIDEN CIARIAS

**Tipo de Ação:** Projeto

**Unidade Resp.Ação:** 11101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO

**Objetivo Específico:** AUMENTAR A RECEITA PREVIDENCIARIA

**Descrição da Meta Física:** CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS FISCALIZADAS E COBRADAS

**Unidade de Medida:** PERCENTUAL

Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos		
40	40	40	100,00	100,00		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	70.050,00	70.050,00	0,00	70.050,00	0	0
Todas	70.050,00	70.050,00	0,00	70.050,00	0	0

#### Região de Planejamento

9900 - ESTADO

#### Qtd. Meta Física

40

#### Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:

NO QUE TANGE AO PROJETO DE FISCALIZAÇÃO E COBRANCA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, CUJO OBJETIVO ESPECÍFICO BUSCA AUMENTAR A RECEITA PREVIDENCIÁRIA, INFORMAMOS QUE SE ENCONTRA DESDOBRADO EM MEDIDAS DE CARÁTER NÃO ONEROSO E MEDIDAS DE CARÁTER ONEROSO. RESSALTAMOS, QUE NO EXERCÍCIO DE 2006 NÃO OCORREU QUALQUER EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DESTA PROJETO/ATIVIDADE, VEZ QUE AS MEDIDAS IMPLANTADAS FORAM NÃO ONEROSAS (EX.: LEVANTAMENTO DE DÉBITOS E CONTRIBUIÇÕES; CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS; ELABORAÇÃO DE NORMATIZAÇÃO LEGISLATIVA; ETC...).

INSTA AINDA MENCIONAR QUE EM RAZÃO DO CONTINGENCIAMENTO DE 52,53% (CINQUENTA E DOIS INTEIROS E CINQUENTA E TRÊS DÉCIMOS POR CENTO) REALIZADO NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, BEM COMO DO REALIZADO PELO DECRETO GOVERNAMENTAL Nº. 7.702/2006, CUJA ORDEM ALCANÇOU O MONTANTE DE 40% (QUARENTA POR CENTO) DOS SALDOS E, DADO À PRIORIZAÇÃO DE OUTRAS AÇÕES, O SALDO ORÇAMENTÁRIO DO PROJETO 1695 FOI DISPONIBILIZADO PARA ATENDER A REFERIDA REDUÇÃO.



<b>Ação:</b> 3574 - ELABORACAO DE SISTEMATICA DE PROJECAO E CONTROLE DA DESPESA DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DO PODER EXECUTIVO <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 11101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO				
<b>Objetivo Específico:</b> APERFEICOAR O ACOMPANHAMENTO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> SISTEMATICA ELABORADA E NORMATIZADA				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
<b>Meta Física Prevista LOA 2006</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
30	30	30	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	30.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0	0
Todas	30.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0	0

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	30

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Ações realizadas:  
 a) Mapeamento dos processos - Elaborar a Projeção das despesas de Pessoal e Monitorar a Execução das Despesas de Pessoal (fluxo em anexo);  
 b) Elaboração de uma metodologia para o monitoramento das despesas com Pessoal;  
 c) Instalação da Assessoria do Gasto Público no Gabinete da SAD;  
 d) Disseminação da metodologia de monitoramento das despesas junto a diversos órgãos da administração pública estadual visando capacitá-los para realizar o acompanhamento e a projeção das despesas;  
 e) Análise e elaboração de relatórios das despesas com Pessoal a partir do ano de 2005.  
 Execução orçamentária e financeira: Não houve aplicação dos valores orçados tendo em vista que os recursos foram 100% contingenciados. (52,53% na LOA 2006 e o restante através do Decreto 7702, de 02/06/06).

<b>Ação:</b> 1662 - IMPLEMENTACAO DO SISTEMA DE INFORMACOES PARA A SOCIEDADE <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> GARANTIR A TRANSPARENCIA NA GESTAO ORCAMENTARIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL,DISPONIBILIZANDO INFORM.A SOCIEDADE				
<b>Descrição da Meta Física:</b> SISTEMATICA DE INFORMACOES ELABORADA E DISPONIBILIZADA				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
<b>Meta Física Prevista LOA 2006</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
100	100	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
139	90.000,00	90.000,00	19.130,00	48.000,00	21,26	45,55
Todas	90.000,00	90.000,00	19.130,00	48.000,00	21,26	45,55

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	0

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 O objetivo específico do projeto é garantir a transparência na gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Estado, disponibilizando informações para a sociedade. A dotação inicial para o projeto foi de R\$ 90.000,00 e estava previsto o desenvolvimento de software específico para isso. No entanto, devido ao contingenciamento de recursos, o desenvolvimento de aplicativos foi suspenso, permanecendo a medida que previa a disponibilização de informações à sociedade.



<b>Ação:</b> 2084 - MANUTENCAO DO EQUILIBRIO FISCAL DO FUNGEFAZ <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> GARANTIR A ADMINISTRACAO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO FUNGEFAZ DE ACORDO COM O ORÇAMENTO				
<b>Descrição da Meta Física:</b> EQUILIBRIO FISCAL DO FUNGEFAZ MANTIDO				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
<b>Meta Física Prevista LOA 2006</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
140	32.100,00	26.700,00	17.432,00	0,00	54,31	65,29
240	41.954,00	40.954,00	19.891,00	20.000,00	47,41	94,93
Todas	74.054,00	67.654,00	37.323,00	20.000,00	50,40	78,32

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 As ações planejadas inicialmente para a manutenção do Equilíbrio Fiscal foram executadas conforme o previsto. O valor contingenciado refere-se a diárias, bem como ao desenvolvimento do sistema da programação Financeira que fora substituído pela implantação do Fiplan. Dessa forma não sofrerá impacto na execução desta atividade.

<b>Ação:</b> 2128 - ACOMPANHAMENTO E EXECUCAO DA POLITICA DO GASTO PUBLICO ESTADUAL <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> GARANTIR A APLICACAO DA POLITICA DO GASTO PUBLICO ESTADUAL				
<b>Descrição da Meta Física:</b> DIRETRIZES DA POLITICA DO GASTO PUBLICO ACOMPANHADAS				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
<b>Meta Física Prevista LOA 2006</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
100	100	50	50,00	50,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
139	19.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
140	14.500,00	0,00	0,00	0,00	0	0
240	28.995,00	5.600,00	653,00	0,00	2,25	11,66
Todas	62.495,00	5.600,00	653,00	0,00	1,04	11,66

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	50

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Com a reestruturação organizacional da SEFAZ (Dec. 6995/06), os recursos orçados e as medidas previstas nesta atividade foram remanejados para o gabinete da Secretaria Adjunta do Gasto Público, atividade 2524. Contudo, o acompanhamento e execução da Política Financeira Estadual continuam sendo realizados da mesma forma que anteriormente.

<b>Ação:</b> 2129 - ADMINISTRACAO DA DIVIDA PUBLICA ESTADUAL <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> ADMINISTRAR A DIVIDA PUBLICA CONSIDERANDO OS EFEITOS FISCAIS DE MEDIO E LONGO PRAZO				
<b>Descrição da Meta Física:</b> ESTOQUE DA DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA EM RELACAO A RECE ITA CORRENTE LIQUIDA MENOR OU IGUAL A DOIS				
<b>Unidade de Medida:</b> N.IND				
<b>Meta Física Prevista LOA 2006</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
2	2	2	100,00	100,00



Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
139	10.200,00	10.200,00	2.525,00	2.460,00	24,75	32,62
140	3.500,00	3.500,00	1.913,00	0,00	54,66	54,66
240	47.714,00	47.714,00	27.152,00	1.980,00	56,91	59,37
Todas	61.414,00	61.414,00	31.590,00	4.440,00	51,44	55,45

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	2

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
A análise dos resultados da meta física DÍVIDA PÚBLICA ADMINISTRADA, até o momento, demonstra que será atingida em 100%, conforme segue: 1. Manter o estoque da dívida consolidada líquida menor ou igual a 2 vezes a RCL. Resultado até o momento: DCL/RCL = 1,00. 2. Efetuar os pagamentos dos encargos sociais e fiscais nos vencimentos e dos EGE 's até o último dia útil de cada mês; 3. Manter a capacidade de endividamento avaliada mensalmente; 4. Prestar contas para a Contabilidade (CGEC/SAGP/SEFAZ) e Tribunal de Contas (TCE-MT) no prazo determinado. RECURSOS ORÇADOS: Foram empenhados 55,45% dos recursos orçados, suficientes para o cumprimento das metas. PRODUTOS; Cenário da dívida pública consolidada, disponibilizado e divulgado; levantamento e recuperação de créditos de encargos sociais e fiscais recolhidos indevidamente pelos órgãos, acompanhados e validados; pagamento e estoque dos encargos gerais do Estado (EGE 's/SEFAZ) planejado, executado, acompanhado e avaliado; capacidade de endividamento público avaliada; prestação de contas do EGE/SEFAZ elaborada e acompanhada. ACOMPANHAMENTO: Sistemática de acompanhamento de metas realizado na área e disponibilizado nas reuniões do Comitê de Política Fazendária, Câmara Fiscal e audiências públicas. RECOMENDAÇÕES: Adotar a RCL como parâmetro para estabelecer o indicador e meta física para o estoque da dívida consolidada líquida, a fim de uniformizar com o critério instituído pela LRF = 2 x RCL.

**Ação:** 2188 - ADMINISTRACAO DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO ESTADUAL **Tipo de Ação:** Atividade

**Unidade Resp.Ação:** 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA

**Objetivo Especifico:** SEGURAR O COMPASSO ORCAMENTARIO E FINANCEIRO DOS ORGAOS VISANDO O EQUILIBRIO FISCAL

**Descrição da Meta Física:** NUMERO DE REPLANEJAMENTO FINANCEIRO MANTIDO EM NO MAXIM O TRES VEZES AO ANO

<b>Unidade de Medida:</b> UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
3	3	1	33,33	33,33

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
139	10.200,00	10.200,00	2.550,00	2.610,00	25,00	33,60
140	7.000,00	7.000,00	3.826,00	0,00	54,66	54,66
240	42.031,00	42.031,00	25.334,00	1.980,00	60,27	63,25
Todas	59.231,00	59.231,00	31.710,00	4.590,00	53,54	58,03

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	1

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
Na busca da manutenção do equilíbrio fiscal ocorreu a edição da Resolução 01/2006 do Conselho Econômico do Governo que priorizou a realização de despesas. Ainda no mês de novembro foi reduzida a carga horária de trabalho para 06 horas, sendo uma das ações realizadas visando o atendimento da referida resolução. De forma concomitante foram realizadas na área de receita das quais destacamos a ressarcimento da União no pagamento de inativos relativos a Lei Complementar 31/1977.

Número de replanejamento: 2

**Ação:** 2524 - FORMULACAO E AVALIACAO DA POLITICA DO GASTO PUBLICO ESTADUAL **Tipo de Ação:** Atividade

**Unidade Resp.Ação:** 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA

**Objetivo Especifico:** ATINGIR O EQUILIBRIO SUSTENTADO ENTRE RECEITA E DESPESA

**Descrição da Meta Física:** EQUILIBRIO FISCAL DO ESTADO MANTIDO

**Unidade de Medida:** N.IND

Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	1	100,00	100,00



Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
139	38.000,00	57.000,00	13.305,00	23.706,00	35,01	39,96
140	0,00	14.500,00	13.117,00	0,00	0	90,46
240	30.481,00	53.876,00	40.175,00	5.300,00	131,80	82,71
Todas	68.481,00	125.376,00	66.597,00	29.006,00	97,25	69,11

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	1

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
AÇÃO: 2524 - Formulação, acompanhamento e avaliação da Política Financeira Estadual - Produtos prioritários: Anexo de Metas Fiscais elaborado; Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal acompanhado; Missão Técnica da STN coordenada; Relatório de Audiência Pública elaborado; Câmara Fiscal acompanhada; Apresentação das Metas Fiscais em reuniões com municípios do interior do Estado. Os produtos dessa atividade foram desenvolvidos nos prazos previstos. Foram realizadas 3 Audiências Públicas, conforme previsto na LRF; foi realizada a revisão do Programa de Ajuste Fiscal, na qual foram definidos os compromissos e ações para o triênio 2006-2008. Foram realizadas 2 viagens a Brasília, para reunião com a Secretaria do Tesouro Nacional, com a participação de técnicos da SEFAZ, para a revisão do programa de ajuste Fiscal junto ao Governador Federal, apresentação do Termo de Referência das missões técnicas da STN aos Estados e discussão da estrutura e conteúdo dos Relatórios de cumprimento das Metas do Programa. Com a reestruturação da SEFAZ ( dec. 6996/05 ) foram remanejados recursos orçados da atividade 2128 para atividade 2524, aumentado significativamente o orçamento nesta atividade, o que justifica o baixo grau de execução das despesas.

**Ação:** 2529 - CONSOLIDACAO E DISPONIBILIZACAO DA PRESTACAO DE CONTAS DO ESTADO **Tipo de Ação:** Atividade

**Unidade Resp.Ação:** 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA

**Objetivo Especifico:** GARANTIR A QUALIDADE E FIDELIDADE DAS INFORMACOES CONTABEIS

**Descrição da Meta Física:** PRESTACAO DE CONTAS CONSOLIDADA E DISPONIBILIZADA

**Unidade de Medida:** PERCENTUAL

Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
139	22.600,00	22.600,00	19.817,00	2.490,00	87,69	98,54
140	14.000,00	9.800,00	0,00	0,00	0	0
240	76.268,00	76.268,00	51.998,00	14.535,00	68,18	84,23
Todas	112.868,00	108.668,00	71.815,00	17.025,00	63,63	78,36

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
A prestação de contas mensal foi gerada e disponibilizada nos prazos legais. Os recursos orçados se apresentaram compatíveis com a previsão bem como os índices de execução e planejamento.

**Ação:** 2935 - MONITORAMENTO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRACAO INDIRETA ESTADUAL **Tipo de Ação:** Atividade

**Unidade Resp.Ação:** 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA

**Objetivo Especifico:** MONITORAR OS ATIVOS E PASSIVOS DAS ENTIDADES DA ADMINISTRACAO INDIRETA, VISANDO PREVENIR E OU REDUZIR DEPENDEN

**Descrição da Meta Física:** ATIVOS E PASSIVOS DAS EMPRESAS DA ADMINISTRACAO INDIRETA MONITORADOS

**Unidade de Medida:** PERCENTUAL

Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00



Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
139	31.980,00	31.980,00	15.830,00	0,00	49,50	49,50
140	7.000,00	6.400,00	3.826,00	0,00	54,66	59,78
240	66.911,00	66.911,00	35.427,00	0,00	52,95	52,95
Todas	105.891,00	105.291,00	55.083,00	0,00	52,02	52,32

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 A execução orçamentária e financeira das despesas previstas para o exercício está compatível com as atividades previstas no PTA. Foram realizadas várias medidas tais como: realização de Auditoria Independente no BEMAT; levantamento de ações trabalhistas; aditivos de re-ratificação assinados e organização/digitalização do acervo documental do BEMAT e Cohab. Contudo, convém esclarecer que algumas medidas foram comprometidas em virtude da não nomeação dos candidatos aprovados no concurso de TAIG. Mesmo assim, foi realizada licitação para depuração do ativo imobilizado e auditoria externa da SANEMAT, bem como continuamos a operacionalizar o recebimento das Prefeituras referente à municipalização de água/esgoto.

<b>Ação:</b> 3572 - IMPLANTACAO DA SEGUNDA VERSAO DO NOVO SISTEMA CONTABIL ESTADUAL	<b>Tipo de Ação:</b> Projeto			
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Especifico:</b> GARANTIR A QUALIDADE E FIDELIDADE DAS INFORMACOES CONTABEIS.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> NOVO SISTEMA CONTABIL IMPLANTADO				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
139	679.620,00	679.620,00	0,00	679.620,00	0	0
Todas	679.620,00	679.620,00	0,00	679.620,00	0	0

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	0

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Foi prevista, no PTA 2006, a 2ª versão do FIPLAN, com o objetivo desenvolver o software do sistema de custos e do cartão corporativo. Com o atraso na implantação da 1ª versão, o desenvolvimento do software foi adiado, o que possibilitou o contingenciamento de recursos previstos para o projeto, no valor de R\$ 529.620,00, restando R\$ 150.000,00 para dar início no desenvolvimento das medidas previstas na 2ª versão. Fases concluídas: a) Requisitos na execução orçamentária, financeira e contábil (regras de negócio); b) Definição do banco de dados; c) Implementação do sistema; d) Testes no sistema; e) Treinamento e lançamento realizado pelos órgãos com informações de jan-fev/2006.

<b>Ação:</b> 1690 - GESTAO DE CONVENIOS GOVERNAMENTAIS	<b>Tipo de Ação:</b> Projeto			
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 20101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL				
<b>Objetivo Especifico:</b> MELHORAR A CAPTACAO E APLICACAO DOS RECURSOS VOLUNTARIOS				
<b>Descrição da Meta Física:</b> CONVENIOS GERENCIADOS				
<b>Unidade de Medida:</b> UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
3000	3000	1500	50,00	50,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	84.795,00	84.795,00	2.345,00	78.205,00	2,77	35,58



141	0,00	1.240.892,00	631.975,00	151.515,00	0	58,01
Todas	84.795,00	1.325.687,00	634.320,00	229.720,00	748,06	57,88

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	1500

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Antes de iniciar a análise nos aspectos financeiros, é necessária algumas considerações a respeito do projeto "Gestão de Convênios Governamentais" foco: Considerando o título do projeto e à meta física estabelecida, verifica-se que se trata de uma atividade e não de projeto, pois a gestão e o gerenciamento, neste caso, é contínuo e existirá até o fim do exercício financeiro. Segundo consta do Manual Técnico do PTA, o projeto é um conjunto de ações limitadas no tempo que resulta num produto.

O valor previsto inicialmente no projeto foi de R\$ 84.795,00 calculado com base nas necessidades de manutenção da Coordenadoria de Convênios, que tem como atribuições: manter o Cadastro de Habilitação de Proponentes; capacitar os servidores do Estado e das entidades proponentes sobre convênios e operacionalização do SIGCon; prestar suporte aos órgãos do Estado e às entidades convenientes; implementar os ajustes e melhorias no sistema. A manutenção do Cadastro de Habilitação de Proponentes refere-se ao controle da regularidade institucional e fiscal de mais de 1000 entidades que pleiteiam a celebração de convênios com o Estado, que envolve a recepção, a verificação de autenticidade, o registro no SIGCON e o arquivamento em pastas suspensas por um prazo de 05 anos.

A capacitação dos servidores do Estado e das entidades proponentes é outra atribuição da Coordenadoria de Convênios, e no 1º semestre foram capacitados aproximadamente 100 servidores do Estado, e 250 servidores e funcionários das prefeituras e outras entidades.

O setor também dá suporte a todos os órgãos e entidades do Estado e a todos os proponentes como prefeituras, associações, APAEs, Conselhos Escolares, Fundações, etc. O suporte envolve orientações e esclarecimentos de dúvidas, tanto em relação a documentação, ao plano de trabalho, ao termo de convênio e à legislação como na operacionalização do Sistema de Gerenciamento de Convênios - SIGCON.

Parte das ações previstas são de caráter continuado e, portanto serão executadas até o final do exercício. Das demais ações, foram executadas as capacitações previstas para março/2006, mas as capacitações previstas para os servidores da Coordenadoria, que incluíam a participação e cursos fora do Estado, devido à queda da receita e à necessidade de contar gastos foram suspensas e até o momento não foram executadas.

A previsão de aquisição de equipamentos, inserida na ação de manutenção da Coordenadoria, também não foi abortada devido a queda na arrecadação, dificultando o processo de melhoria dos serviços de atendimentos prestados aos usuários. Para diminuir a dificuldade foi cedido um equipamento pela Superintendência Administrativa.

**Execução orçamentária e financeira:**  
 Conforme se verifica de relatório QDD, a maior parte dos recursos previstos não foi executada devido a indisponibilidade provocada pelo contingenciamento, o que não significa que a ação não foi desenvolvida, considerando que foram executadas com recursos disponíveis em outras atividade e projetos.

Quanto à suplementação ocorrida, na fonte 141 - Recursos destinados ao Projeto de Modernização da Administração Pública Municipal, a qual encontra-se indisponível, entendemos que foi efetivada neste projeto em função do seu objetivo que é "melhorar a captação e a aplicação dos recursos voluntários", e também considerando que o planejamento/orçamento da SEPLAN não conta mais com um projeto específico pra essa finalidade - modernização da administração municipal.

Além disso, as parcerias formalizadas com os municípios são feitas através de convênios e, portanto, considerando que se trata de um projeto de gestão de convênios, e que as parcerias com os municípios se efetivam por meio do convênio, seria o projeto ideal para alocar os recursos para essa finalidade.

Contudo, a recomendação que fazemos é de que seja criada uma atividade específica para manutenção e modernização da Coordenadoria de Convênios, e o projeto em análise seja voltado para modernização da administração municipal, em todos os seus aspectos, de planejamento, orçamento, modernização da gestão, reestruturação administrativa, elaboração de políticas públicas para as diversas áreas: pequeno produtor rural, para o desenvolvimento local, voltadas à saúde, assistência social, etc.

**Execução Física:**  
 A execução física não será cumprida até o final do exercício por vários motivos: Em função de seu um ano eleitoral, muitos convênios deixam de ser celebrado devido a proibição pela lei eleitoral. A queda na receita também é outro fator que motivou a redução do número de convênios previstos para serem celebrados. Mas o impacto mais significativo decorre da orientação da SEDUC em efetuar as transferências dos recursos do PDE para manutenção das escolas e execução das atividades pedagógicas, através de outro instrumento. Os recursos do transporte escolar que até 2005 também eram transferidos para as prefeituras através de convênios, passou a ser feito através de termo de compromisso, saindo, injustificadamente, do controle do SIGCON. Estas duas situações significaram uma redução de aproximadamente 800 convênios.

<b>Ação:</b> 2696 - CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DOS PRECATORIOS	<b>Tipo de Ação:</b> Atividade			
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 20101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL				
<b>Objetivo Especifico:</b> MELHORAR O GERENCIAMENTO DOS PRECATORIOS DO ESTADO				
<b>Descrição da Meta Física:</b> PRECATORIOS JUDICIAIS CONTROLADOS E ACOMPANHADOS				
<b>Unidade de Medida:</b> UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
2000	2000	0		



Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	7.320,00	7.320,00	0,00	7.320,00	0	0
Todas	7.320,00	7.320,00	0,00	7.320,00	0	0
<b>Região de Planejamento</b>				<b>Qtd. Meta Física</b>		
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>						
No exercício não foi executada ações que envolviam gastos de recursos tendo em vista que estávamos aguardando a definição de aprovação ou não do Projeto de Emenda Complementar em tramitação no Congresso Nacional, referente a criação de um fundo nacional administrado pelo Supremo Tribunal Federal com o objeto de quitação das dívidas de precatórios dos Estados e Municípios. Contudo foram executadas as ações de manutenção e alimentação do Sistema de Precatórios implantado nesta Secretaria de Estado. Portanto não foi executada a dotação orçamentária alocada.						



## Programa

**Programa:** 0238 - CONSCIENCIA FISCAL  
**Objetivo do FORTALECER A CONSCIENCIA FISCAL DA SOCIEDADE, PARA O PLENO EXERCICIO DA CIDADANIA, DE MODO A**  
**Programa:** PROMOVER UMA  
**Und.Resp.Programa:** 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA  
**Resp. Programa:** Waldir Júlio Teis

Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração	
Indicadores:	2006	PERCENTUAL DE MUNICIPIOS ADEOS	JAN A DEZ	percentual	14	50	50	31/12/2006
	2006	PERCENTUAL DE SATISFACAO DA SOCIEDADE EM RELACAO AO GAS	JAN A DEZ	percentual	0	65	65	31/12/2006
	2006	PERCENTUAL DE SONEGACAO	informar	percentual	11	9	informar	30/6/2006

### Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
1.323.304,00	1.267.197,00	103.615,00	1.052.909,00	7,83	48,35

### Avaliação de resultados e da execução do programa:

Na implementação do programa, dentre o que se pode evidenciar, temos a destacar o seguinte: A implementação do projeto de educação fiscal na rotina da Secretaria de Estado de Fazenda, como um produto a ser trabalhado pelo Centro Integrado de Atendimento ao Cliente, nas Agências Fazendárias; A realização de concurso Sefaz Educação Fiscal, tendo sido obtido a produção de redação, monografia e projetos, como trabalhos pedagógicos e técnicos científicos; Realização de mutirões da cidadania junto à sociedade civil organizada através da parceria com a Setec e Sejus; Distribuição de folder explicativo sobre o objetivo do programa Consciência Fiscal; Realização de quatro jornadas de trabalho com a participação de servidores da Seduc e Sefaz, assim como, com participantes do staff das Secretarias de Finanças, Educação e Promoção Social dos municípios adesos ao programa; Implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação; estruturação do curso de formação de disseminadores em Educação Fiscal em 100 turmas, qualificando 1.959 servidores; participação dos eventos de integração Sefaz sociedade; Assinatura de termo de cooperação técnica com o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Quanto aos recursos orçados e aplicados é relevante registrar que pelo fato de ter sido estabelecido parcerias, foram realizadas ações sem ônus para o Estado. E, no segundo semestre a dotação orçamentária prevista para serviços de terceiros não foi aplicada, em função da proximidade do período eleitoral. Nem mesmo os folders produzidos foram distribuídos por conter a logomarca do governo. Assim, o recurso aplicado foi integralmente para desenvolver as ações do programa, sendo que o remanescente foi colocado a disposição para ser utilizado em outros programas. Considerando o contexto evidenciado por ocasião do marco lógico, dentre os pontos de melhoria que já foram obtidos, podemos registrar: Quanto aos recursos humanos - capacidade de administrar em parceria e a intersetorialidade nas ações; Quanto aos recursos materiais e infra-instrutura, genericamente foram suficientes, no entanto há que se registrar que a produção de material didático e pedagógico foram aquém do necessário. Ante a situação do contingenciamento o material produzido foi distribuído para atender o quantitativo de municípios adesos, quando deveria atender o quantitativo de pessoas envolvidas com a efetivação das atividades; Quanto ao sistema de monitoramento das ações, em parceria com o Estado de Santa Catarina, foi finalizada e colocada a disposição o SMA (Sistema de Monitoramento e Avaliação) pela internet. Administrativamente, para o desempenho operacional fosse eficiente seria necessário que os recursos e insumos planejados fossem disponibilizados. A exemplo, podemos citar que o recurso orçado pela Secretaria de Estado de Administração e posteriormente contingenciado causou dificuldade para que os tutores de educação fiscal pudessem desenvolver suas atividades. Na Seduc os Assessores pedagógicos que estavam acompanhando as ações de educação fiscal junto às jornadas de trabalho não tiveram autorização para participar de todas as jornadas de trabalho, causando a descontinuidade dos trabalhos junto às unidades escolares. A Setec não elaborou um plano de ação para desenvolver as ações de educação fiscal, embora conste no PPA e na formulação estratégica a atribuição de divulgar o papel e estrutura do estado, assim como todas as ações do governo, junto à sociedade civil organizada. Por fim, o indicador de satisfação não poderá ser aferido. Embora tenha sido estabelecido parceria com a Unemat e ter sido elaborado projeto junto a Fapemat para que a pesquisa fosse viabilizada, a instância estratégica não autorizou a execução do projeto.

### Indicadores:

De conformidade com os relatórios de ação governamental anteriores, o indicador percentual de sonegação, não será objeto de aferição pelo programa; pois, foi obtido consenso de que o mesmo possui muitas outras variáveis para a sua mensuração. Quanto ao indicador Percentual de satisfação da sociedade em relação ao gasto público ficou sem possibilidade de aferição; pois, embora tenha sido elaborado projeto para captar recursos junto à Fapemat, a fim de realizar a pesquisa em parceria com a Unemat, o nível estratégico da Sefaz não autorizou a operacionalização da ação.

### Outros produtos entregues no programa

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor



**Recomendações:**

Na equipe de coordenação de cada projeto, o ideal é ter técnicos com dedicação exclusiva; 2. Para promover curso à distância, realizar momento presencial, visando promover o entendimento do mecanismo de ( Educação à Distância), assim como promover a motivação para participar do programa consciência fiscal; 3. Divulgar o Programa através da realização de um Concurso de Redação, Monografia e Projetos em duas fases, sendo a primeira coordenada pelos governos municípios e a segunda fase coordenada pelo Governo Estadual; 4. Fortalecer a gestão do Programa, qualificando todos os Agentes Fazendários das regiões pólos; Realizar visita técnica junto aos municípios pólos, objetivando a promover articulação dos Agentes Fazendários com os demais parceiros que possam compor o Grupo Executivo de Trabalho de Consciência Fiscal Estadual (GEFE) e Municipal (GEFM); 5. Promover reuniões com os servidores que compõem os núcleos de consciência fiscal.



**Ações do Programa**

**Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações**

<b>Ação:</b> 1658 - FORTALECIMENTO DA CONSCIENCIA FISCAL JUNTO AOS SERVIDORES PUBLICOS <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 11101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO				
<b>Objetivo Especifico:</b> SENSIBILIZAR SERVIDORES QUANTO AOS PRINCIPIOS BASICOS DA ADMINISTRACAO PUBLICA				
<b>Descrição da Meta Física:</b> SERVIDOR CAPACITADO				
<b>Unidade de Medida:</b> PES				
<b>Meta Física Prevista LOA 2006</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
8000	8000	695	8,69	8,69

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0	0
Todas	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0	0

<b>Região de Planejamento</b>				<b>Qtd. Meta Física</b>		
9900 - ESTADO				695		
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>						
A dotação inicial disponibilizada para promover capacitação dos servidores públicos em educação fiscal visando sensibilizar os servidores quanto aos princípios básicos da administração pública, foi totalmente contingenciado.						
A capacitação que vem sendo realizada é proveniente de pagamento efetuado no final de 2005.						
Foram capacitados 695 servidores, referente a 53 turmas.						
A Meta física deverá ser revista devido contingenciamento.						

<b>Ação:</b> 1667 - FORTALECIMENTO DA CONSCIENCIA FISCAL NA EDUCACAO <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 14101 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO				
<b>Objetivo Especifico:</b> CAPACITAR PROFESSORES P/INTRODUZIR O TEMA CONSCIENCIA FISCAL NAS DISCIPLINAS ESCOLARES				
<b>Descrição da Meta Física:</b> PROFISSIONAL EM EDUCACAO FISCAL CAPACITADO				
<b>Unidade de Medida:</b> PES				
<b>Meta Física Prevista LOA 2006</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
574	574	287	50,00	50,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
115	0,00	65.118,00	18.276,00	0,00	0	28,07
Todas	0,00	65.118,00	18.276,00	0,00	0	28,07

<b>Região de Planejamento</b>				<b>Qtd. Meta Física</b>		
9900 - ESTADO				287		
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>						
Dentre as ações previstas no PTA para o exercício de 2006, temos o seguinte:						
- A medida 01 - implementar o plano de capacitação, com relação a tarefa de capacitar o grupo de trabalho, foi executado o montante de R\$ 5.000,00, relativo à diárias e passagens utilizadas para realizar reunião com representantes dos Cefapros e reunião do grupo Nacional de Educação Fiscal. Considerando que há necessidade de realizar reunião similar no segundo semestre, o saldo disponível será, integralmente, utilizado, portanto, executando o montante de R\$: 12.078,00.						
As demais tarefas definidas para a medida supracitada estão sendo viabilizadas através do curso de formação pelo método EAD (Ensino à Distância) através da plataforma disponibilizada pela ESAF (Escola de Administração Fazendária) e pela plataforma de curso de Disseminadores de Educação Fiscal da Secretaria de Estado de Administração.						



<b>Ação:</b> 1667 - FORTALECIMENTO DA CONSCIENCIA FISCAL NA EDUCACAO <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 14301 - FUNDO ESTADUAL DE EDUCACAO				
<b>Objetivo Específico:</b> CAPACITAR PROFESSORES P/INTRODUZIR O TEMA CONSCIENCIA FISCAL NAS DISCIPLINAS ESCOLARES				
<b>Descrição da Meta Física:</b>				
<b>Unidade de Medida:</b>				
<b>Meta Física Prevista LOA 2006</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
574	574	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
115	65.118,00	0,00	0,00	0,00	0	0
Todas	65.118,00	0,00	0,00	0,00	0	0

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
COM A EXTINÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ATRAVÉS DA LEI 8.417 DE 28/12/05 TODAS AS AÇÕES FORAM TRANSFERIDAS PARA A UNIDADE 14101(SEDUC) - DECRETO 7.142 DE 02/01/2006

<b>Ação:</b> 2938 - COORDENACAO DA GESTAO DO PROGRAMA CONSCIENCIA FISCAL <b>Tipo de Ação:</b> Atividade				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> COORDENAR O FORTALECIMENTO TECNICO E GERENCIAL DOS RH, BEM COMO A MELHORIA DO MODELO DE GESTAO, DOS PROCESSOS				
<b>Descrição da Meta Física:</b> PROGRAMA COORDENADO				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
<b>Meta Física Prevista LOA 2006</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
140	172.800,00	116.693,00	63.979,00	0,00	37,02	54,83
240	16.200,00	16.200,00	14.264,00	0,00	88,05	88,05
Todas	189.000,00	132.893,00	78.243,00	0,00	41,40	58,88

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>
9900 - ESTADO	100

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
Dentre as ações previstas no PTA para o exercício de 2006, relativa à fonte 140, temos o seguinte:  
- A ação que se refere ao Concurso de Monografias, Projetos e Redação, em conformidade com o PTA, ocorreu ao montante de R\$ 17.450,00 considerando que o valor orçado era de R\$ 29.700,00 gerou uma economia de R\$ 12.250,00.  
- A ação relativa a produção de material didático-pedagógico e publicitário ficou com a execução comprometida pelo fato de não poder ser impresso logomarca que caracterize o governo atual; assim como, para que não ficasse caracterizada publicidade das ações de governo que pudessem transgredir a legislação eleitoral. Assim, houve uma economia de R\$ 37.742,80.  
- A ação que se refere à projeção do programa junto aos municípios e outros estados esta sendo implementada.

Ante ao exposto, o % COFD (Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado) relativo a fonte 140 que se apresenta no patamar de apenas 55%.

Quanto a fonte 240 as ações foram executadas de conformidade com o que esta previsto no PTA, ou seja 88%.



<b>Ação:</b> 1659 - ARTICULACAO DO PROGRAMA CONSCIENCIA FISCAL ENTRE OS OR GAOS E OUTROS PODERES <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 20101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL				
<b>Objetivo Específico:</b> FORTALECER A INTEGRAÇÃO ENTRE OS ORGAOS PUBLICOS ESTADUAIS E OS OUTROS PODERES				
<b>Descrição da Meta Física:</b> EVENTO REALIZADO				
<b>Unidade de Medida:</b> UN				
<b>Meta Física Prevista LOA 2006</b>	<b>Meta Física Prevista Após Créditos</b>	<b>Meta Física da Ação Realizada</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</b>	<b>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</b>
3	3	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	69.186,00	69.186,00	7.096,00	52.909,00	10,26	43,60
Todas	69.186,00	69.186,00	7.096,00	52.909,00	10,26	43,60

<b>Região de Planejamento</b>	<b>Qtd. Meta Física</b>

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
Para o exercício de 2006 do valor previsto da ação foi contingenciado 76,47% e empenhado 100% do que ficou disponível. Considerando esse percentual contingenciado algumas medidas e tarefas do PTA não foram executadas, mas as de medidas de dar suporte técnicos aos Poderes para implantação do programa, organizar e participar dos eventos promovidos pelo Grupo Executivo de Trabalho do Programa Consciência GEFE e capacitar em Educação Fiscal está sendo cumprido com os recursos até agora aplicados na ações e com a cooperação técnica dos parceiros sem custo para a SEPLAN. Quanto a meta física prevista de realizar 3 eventos, esses eventos previstos na meta inicial, com o percentual grande do contingenciado eles foram transferidos para o exercício de 2007, por isso a meta física realizada está zero.





## Programa

**Programa:** 0260 - RELACIONAMENTO SEFAZ SOCIEDADE

**Objetivo do Programa:** AUMENTAR A SATISFAÇÃO DOS CLIENTES FAZENDÁRIOS EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PRESTADOS E ATENDIMENTO, COMO TAMBÉM DA SOCIEDADE EM REAÇÃO AO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DO GASTO PÚBLICO

**Und.Resp.Programa:** 16101 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

**Resp. Programa:** Waldir Júlio Teis

	Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
<b>Indicadores:</b>	2006	aumento de ação de controle social do gasto publico	anual	unidade	0	0	0	31/12/2004
	2006	aumento do recolhimento espontâneo do tributo	anual	unidade	0	0	0	31/12/2004
	2006	satisfação da sociedade (relativo ao acesso as informações e a ao relacionamento)	anual	unidade	0	0	65	31/12/2006
	2006	satisfação dos clientes fazendários	anual	unidade	0	58	65	31/12/2006

### Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
2.549.500,00	2.343.870,00	685.661,00	1.425.487,00	26,89	74,66

### Avaliação de resultados e da execução do programa:

A missão do CIAC é atender o cliente fazendário e prestar informações da receita e do gasto publico, visando o relacionamento entre a SEFAZ e a sociedade.

Em 2006, visando o aumento da satisfação dos cidadãos-usuários, o CIAC promoveu 06 grandes encontros com a sociedade realizado em todo o interior do Estado, onde foram coletados 435 demandas referentes aos produtos e serviços da área tributária. Sendo priorizados pelo CIAC aqueles que necessitavam de melhoria para o atendimento integral e conclusivo aos cidadão no seu município, dentro os quais podemos citar:

- 1 - a descentralização de serviços, através da Coordenadoria Geral de desconcentradas;
  - 2 - análise de processos do Garantido Integral pela Agência Fazendária do domicilio fiscal do contribuinte;
  - 3 - convenio com a Jucemat, propiciando atendimento com o fornecimento da Inscrição Estadual, CNPJ e Registro do Contrato simultaneamente na Agência Fazendária Pólo;
  - 4 - assinatura de convenio com as Prefeituras, transformando as Agencias Fazendárias em unidades municipais, fortalecendo a parceria entre o Estado e o Município, agilizando o atendimento ao contribuinte e viabilizando o controle pela Prefeitura sobre o valor do Fundo de Participação dos Municípios, uma vez que a SEFAZ possibilitou o acesso ao Sistema de Cadastro aos fiscais municipais;
  - 5 - convenio com o INDEA agilizando o fornecimento da guia florestal;
  - 6 - convenio com o CRC de Mato Grosso para operação mutua de troca de informações cadastrais e treinamento de contabilistas quanto aos produtos e serviços disponibilizados pela SEFAZ através do CIAC, visando a padronização do entendimento da legislação tributária para os contadores de tal forma que as empresas recolham espontaneamente os seus tributos sem penalidades desnecessárias;
  - 7 - normatização da Portaria 046 de 2005, alterada pela Portaria 012 de 2006, instituindo agenda bimestral com todas as entidades representativas ( FAMATO, FIEMT, CDL, CRC, Ministério Publico, OAB, ONGS, etc) a fim de atender demandas advindas da sociedade juntamente com a equipe técnica da SEFAZ através do CIAC;
  - 8 - com a alteração do Decreto do PRODEIC, o qual beneficiou as famílias ribeirinhas de Poconé, Livramento e Barão de Melgaço as quais trabalham de forma artesanal com apiário, cumbuzeiro e borboletário gerando renda e trabalhando a inclusão social daquelas famílias;
  - 9 - a descentralização do cadastro e a disponibilização da CND e da AIDF via eletrônica com acesso direto pelos contadores.
- Quanto aos recursos orçamentários previstos para serem utilizados nesse Programa, temos a esclarecer que tendo em vista contingenciamento na fonte 139, base prevista para a maioria das ações do CIAC, acarretou um baixo desempenho no valor empenhado. As ações previstas para a implantação do contact center e da disponibilização da agencia virtual foram temporariamente suspensas, bem como foram cancelados diversos encontros com a sociedade previstos, deslocamento dos 320 servidores para capacitação em Cuiabá. As reformas e construções de agencias fazendárias previstas foram canceladas na sua totalidade.

### Indicadores:

Além de todas as ações acima descritas realizadas pelo CIAC foram disponibilizados 21 produtos padronizados contribuindo para o recolhimento espontâneo dos tributos e aumento da satisfação da sociedade para os atuais 65 por cento.

### Outros produtos entregues no programa

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor



Recomendações:



### Ações do Programa

#### Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

<b>Ação:</b> 1655 - DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DO NOVO MODELO DE RELACIONAMENTO SEFAZ-SOCIEDADE		<b>Tipo de Ação:</b> Projeto		
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> DAR CONDICÕES AOS GERENTES FAZENDARIOS PARA FAZER A GESTAO DO ATENDIMENTO DOS CLIENTES FAZENDARIOS E SOCIEDADE				
<b>Descrição da Meta Física:</b> NOVO MODELO RELACIONAMENTO SEFAZ SOCIEDADE DESENVOLVIDO E IMPLANTADO				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
139	13.510,00	13.510,00	320,00	0,00	2,37	2,37
140	219.240,00	201.440,00	173.487,00	0,00	79,13	86,12
240	19.800,00	19.800,00	19.444,00	0,00	98,20	98,20
Todas	252.550,00	234.750,00	193.251,00	0,00	76,52	82,32

<b>Região de Planejamento</b>				<b>Qtd. Meta Física</b>		
9900 - ESTADO				100		

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Quanto as tarefas planejadas para a realização da presente ação até Dez. 2006, passamos a destacar abaixo as realizadas até o momento:

- Foram estabelecidos canais de relacionamento com as área da Receita e do Gasto para fornecimento de informações mensais a serem repassadas à sociedade nos encontros realizados no interior do Estado através das AGENFAS, assim também, nas reuniões com as Entidades e Associações representativas realizadas pelos Gerentes Fazendários;
- Foi definido, padronizado e disseminado o novo Modelo de Relacionamento com a sociedade, para apresentações nos referidos encontros e reuniões.
- Foi definido e disseminado Modelo padronizado de avaliação dos mesmos; Treinamentos foram realizados com os Gerentes com relação ao perfil de liderança e sua atuação perante a comunidade de seu município definido no novo Modelo de relacionamento com a sociedade;
- Firmado convênio com a junta Comercial para atendimento nas AGENFAS, em que destacamos a implantação em Rondonópolis e Cáceres está em andamento;
- Implantada a Educação Fiscal promovida pelos responsáveis nas AGENFAS, envolvendo a sociedade a Prefeitura e parceiros, onde destacamos o trabalho desenvolvido em Diamantino em parceria com a Prefeitura quanto a IPVVA e IPTU, sendo constatado redução considerável de inadimplência;
- Foram treinados e capacitados os servidores do Plantão Fiscal e contratados mais 05 (cinco) atendentes para atendimento de primeiro nível, tendo como uma das finalidades o suporte as AGENFAS;
- Descentralizamos o Cadastro para o atendimento nas AGENFAS resultando em redução de prazo, custo e transtorno para os contribuintes, garantindo um atendimento integral e conclusivo;
- Implantamos caixinhas de sugestões nas Agências Pólo com monitoramento bimestral;
- Das tarefas desenvolvidas e avaliadas constatamos diminuição de índice de insatisfação nos serviços e produtos disponibilizados pela SEFAZ;
- Em virtude das necessidades apresentadas pela sociedade, identificadas pela equipe da Assessoria de Relacionamento com a Sociedade CIAC nos referidos encontros, através do método de avaliação estabelecido, e encaminhadas às áreas em forma de demanda; informamos que as mesmas resultam na criação de vários produtos e melhorias de processos que foram realizados e implantados pela área tributária. Contudo, foram demandados daí 05(cinco) encontros extraordinários com a sociedade e servidores no interior do Estado, novos treinamentos dos Gerentes e esclarecimentos aos cidadãos;
- Foram realizados 02 (dois) dos 07 (sete) encontros planejados, quanto aos restantes, foram suspensos, face período eleitoral; Quanto ao saldo remanescente dos recursos disponibilizados para esta ação, esclarecemos que este não será utilizado em virtude de estar locado na fonte 139 e esta estar contingenciada pela SEFAZ, uma vez que sua realização está bem abaixo da previsão. Com relação ao recurso da fonte 240, previsto para até Dez 2006 e utilizado totalmente antes do planejado conforme demonstrado acima, informamos que se fez necessário a utilização antecipada das diárias e passagens para realização das demandas extraordinárias que surgiram conforme acima descrevemos. Portanto, caso haja alguma demanda de recurso para ações não planejadas e/ou priorizada de alguma planejada e não executada, o recurso necessário deverá ser remanejado de outra ação.



<b>Ação:</b> 2523 - MELHORIA DO INDICE DE SATISFACAO DOS CONTRIBUINTES DA SEFAZ		<b>Tipo de Ação:</b> Atividade		
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> MONITORAR E AVALIAR OS MEIOS E AS CONDICÕES DOS PROCES SOS DE ATENDIMENTO DA RECEITA E DO GASTO PUBLICO, VISAN				
<b>Descrição da Meta Física:</b> INDICE DE SATISFACAO DOS CLIENTES DA SEFAZ AUMENTADO				
<b>Unidade de Medida:</b> PERCENTUAL				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	100	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
139	715.600,00	715.600,00	7.130,00	708.440,00	1,00	99,58
140	25.000,00	213.000,00	107.760,00	0,00	431,04	50,59
Todas	740.600,00	928.600,00	114.890,00	708.440,00	15,51	52,18

<b>Região de Planejamento</b>				<b>Qtd. Meta Física</b>		
9900 - ESTADO				100		

**Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:**  
 Quanto as tarefas planejadas para a realização desta ação até Dez 2006, informamos o seguinte:

Foi previsto para o alcance do índice de melhoria da satisfação dos contribuintes da SEFAZ a implantação do "Contact Center", um sistema de atendimento avançado que permite o monitoramento e avaliação eletrônica, englobando todas as variantes possíveis: desde o tempo da ligação, indicação de atendimento conclusivo, ou não, da satisfação do cliente com relação ao atendimento realizado e muitas outras funcionalidades que poderiam ser programadas de acordo com a necessidade do cliente (SEFAZ), tudo isso para que pudessemos atingir os objetivos previstos nesta ação, acima descrita. Para tal foi realizado:

- Levantamento e proposta do Contact Center
- Reunião com as áreas envolvidas.
- Atualização das informações das unidades envolvidas e dos custos. Porém na fase de validação da proposta com o Secretário e Comitê de Política Fazendária, esta ação não fora priorizada pela alta administração em virtude do contingenciamento do orçamento, impactando na sua efetivação.
- Contudo, partimos para a realização do que nos era possível. Implantamos o atendimento telefônico de 1º nível com as ferramentas que dispúnhamos no momento, sendo:
  - Contratação de 06(seis) estagiários para atendimento telefônico.
  - Capacitação e treinamento dos mesmos quanto aos produtos e ao atendimento.
  - Estruturação física para acomodação dos contratados e condições de trabalho adequado.
  - Definição e divulgação do número 3617-2700.
  - Reestruturação do Plantão Fiscal e capacitação dos servidores.
- Diante disso, e atuando no atendimento das necessidades da sociedade identificadas nos encontros e reuniões com os contribuintes, Entidades e Associações, na capital e interior, em que constatamos que o maior índice de insatisfação era quanto ao cadastro, passamos a agir neste gargalo da seguinte forma:
  - Foi acordado com a área que o CIAC estaria filtrando as ligações recebidas pela GCAD, fazendo o atendimento de primeiro nível e repassando a área somente aquelas que necessitam a participação daquele Gerencia, deixando-o mais focada a sua finalidade que é análise de processos. Com isto, aliado a descentralização, obtivemos uma diminuição considerável nas reclamações relativas ao cadastro e conseqüentemente no aumento da satisfação.
  - Porém, com a demissão maciça dos estagiários perdemos todos os atendentes, impactando totalmente no esforço até então realizado para melhoria do atendimento telefônico, ocasionando o retorno ao status co e conseqüentemente uma queda sensível da qualidade dos serviços. Assim, retomamos a reestruturação com remanejamento de servidores efetivos e novamente a ação de capacitação. Quanto ao saldo remanescente dos recursos disponibilizados para esta ação, esclarecemos que este não será utilizado em virtude de estar alocado na fonte 139 e esta estar contingenciadas pela SEFAZ, uma vez que a sua realização está bem abaixo da previsão.

<b>Ação:</b> 2937 - COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS FAZENDARIOS		<b>Tipo de Ação:</b> Atividade		
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTAO FAZENDARIA				
<b>Objetivo Específico:</b> PADRONIZAR E ATUALIZAR TODOS OS SERVICOS FAZENDARIOS, DISPONIBILIZANDO-OS EM TODOS OS PONTOS DE ATENDIMENTO.				
<b>Descrição da Meta Física:</b> PADRAO DE ATENDIMENTO DO PRODUTO DISPONIBILIZADO E MANTIDO				
<b>Unidade de Medida:</b> UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
28	28	21	75,00	75,00



Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
139	593.000,00	593.000,00	18.765,00	570.210,00	3,16	82,34
140	578.350,00	202.520,00	133.369,00	0,00	23,06	65,85
240	285.000,00	285.000,00	225.386,00	46.837,00	79,08	94,64
Todas	1.456.350,00	1.080.520,00	377.520,00	617.047,00	25,92	81,45
<b>Região de Planejamento</b>				<b>Qtd. Meta Física</b>		
9900 - ESTADO				21		
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>						
Quanto as tarefas planejadas para a realização desta ação até Dez. de 2006, informamos o seguinte:						
- Foram padronizados através do fluxo de ação, os 21 produtos fazendários e já disponibilizados para as AGENFAZ pela Internet. Deverão ser disponibilizados aos contribuintes através da Agência Virtual.						
- A Agência Fazendária Virtual está em desenvolvimento, sendo que já foi apresentada para critica com os contabilistas.						
- A capacitação para os serviços fazendários que vinha sendo desenvolvida junto a Escola Fazendária foi suspensa por contingenciamento dos recursos destinados a essa ação.						
- Foram coordenados e viabilizados pelas AGENFAS, o atendimento das mais urgentes demandas levantadas pela sociedade nos encontros, a exemplo a descentralização do cadastro, certidão negativa de débitos eletrônica, convênio com a JUCEMAT e outros.						
- Quanto a aquisição dos arquivos desluzantes, foram estas canceladas face as mudanças de procedimentos constantes na Portaria 114, não havendo mais a necessidade desta aquisição, tendo em visto a guarda dos documentos fiscais ficarem a cargo do contribuinte.						
- Quanto aos adiantamentos, ressaltamos que a mudança do SIAF para FIPLAN e o atraso na abertura do Orçamento do Estado impactaram na liberação do mesmo e consequentemente na sua utilização pelas AGENFAS.						
Quanto ao saldo remanescente dos recursos disponibilizados para esta ação, esclarecemos que este não será utilizado em virtude de estar alocado na fonte 139 e esta estar contingenciado pela SEFAZ, uma vez que sua realização está bem abaixo da previsão.						

<b>Ação:</b> 3552 - CONSTRUÇÕES, AMPLIAÇÕES E REFORMAS DAS AGENFAS <b>Tipo de Ação:</b> Projeto				
<b>Unidade Resp.Ação:</b> 16601 - FUNDO DE GESTÃO FAZENDÁRIA				
<b>Objetivo Específico:</b> ATENDER AS AGENFAS EM OBRAS E REFORMAS				
<b>Descrição da Meta Física:</b> AGENFA CONSTRUÍDA OU REFORMADA				
<b>Unidade de Medida:</b> UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
10	10	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado
139	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0	0
Todas	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0	0
<b>Região de Planejamento</b>				<b>Qtd. Meta Física</b>		
9900 - ESTADO				0		
<b>Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:</b>						
Esclarecemos que a dotação total desta ação foi contingenciado em virtude de estar alocada na fonte 139 e a realização desta estar abaixo do estimado.						
Transferindo suas ações para 2007.						